



Fundamentos de Economia

Lásara Fabrícia Rodrigues



INSTITUTO FEDERAL
MINAS GERAIS



Cuiabá-MT
2012

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

© Universidade Federal de Mato Grosso

Este caderno foi elaborado em parceria entre o IFMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Ouro Preto - MG, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Mato Grosso para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil.

Equipe de Elaboração

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional

Carlos Rinaldi

Coordenação de Produção de Material

Didático Impresso
Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional

Daniela Mendes

Designer Master

Marta Magnusson Solyszko

Ilustração

Éder Júnio Gonçalves

Diagramação

Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa

Marcy Monteiro Neto

Revisão Técnica e Científica

Francisco Rodrigues dos Santos

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Minas Gerais – Ouro Preto
– MG**

Coordenador Geral

Reginato Fernandes dos Santos

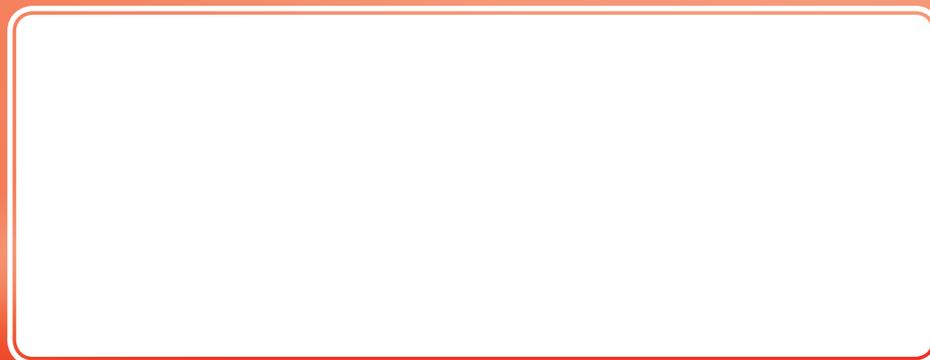
Diretor de Ensino

Valério Augusto Lopes Passos

Coordenador do Curso

Marinalva Maria de Brito

Ficha Catalográfica



Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil/UFMT



Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,

Bem-vindo à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Rede e-Tec Brasil, instituída pelo Decreto nº 7.589/2011, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Maio de 2012

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: é o momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.





Palavra da professora-autora

“É através das pequenas iniciativas, dos pequenos passos, das pequenas descobertas que se chega à construção e à produção do conhecimento. O simples desvela a essência da verdade: é radical. Do simples, do pequeno, constitui-se o cotidiano, o ato, a práxis, a teoria, a realidade”.

Jussara Hoffmann

Prezado (a) estudante,

É preciso acreditar em você. Acredite na sua capacidade de vencer, de construir o sucesso, de transformar a realidade. Deixe de lado todo o negativismo. Deixe de lado o ceticismo. Abandone a descrença e seja entusiasmado com sua vida e principalmente com você.

Interaja, participe das atividades, explore a plataforma e o caderno. Utilize esse caderno como ferramenta de transformação.

Você verá a diferença.

Sucesso.

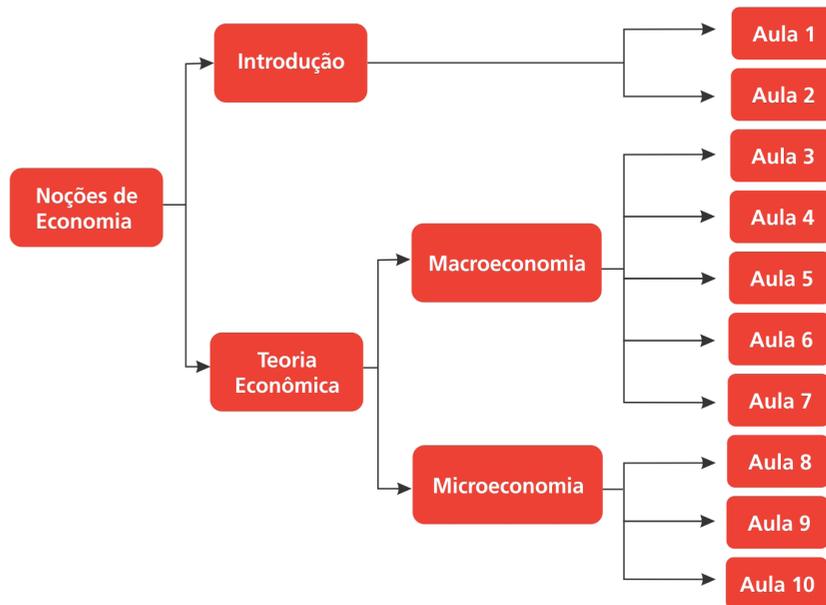
Lásara Fabrícia Rodrigues



Apresentação da disciplina

A disciplina Fundamentos de Economia no curso Técnico de Serviços Públicos proporcionará o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia. Além disso, você poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

A disciplina Fundamentos de Economia é dividida em Introdução e Teoria Econômica. Na Introdução, serão apresentados os problemas econômicos (Aula 1) e os sistemas econômicos (Aula 2). A Teoria Econômica pode ser dividida em dois ramos básicos: a macroeconomia (Aula 3, 4, 5, 6 e 7) e a microeconomia (8, 9 e 10).





Sumário

Aula 1 - A economia e os problemas de natureza econômica	15
1.1 O que é Economia?	16
1.2 Do que trata a lei da escassez?	17
1.2.1 O que produzir?	18
1.2.2 Quanto produzir?	19
1.2.3 Como produzir?	20
1.2.4 Para quem produzir?	21
1.3 Os problemas econômicos fundamentais e os tipos de economia	21
1.4 Curva de possibilidade de produção	22
1.4.1 A curva de possibilidade de produção pode ser alterada?	23
1.4.1.2 Quando acontece crescimento da economia ou mudança tecnológica	24
1.5 Macroeconomia e Microeconomia	25
1.4.1.1 Quando ocorre uma retração da economia	24
Aula 2 - Sistema Econômico	29
2.1 O que é um Sistema Econômico?	29
2.2 Setores da Atividade Econômica	32
2.3 Como o Sistema Econômico funciona?	33
Aula 3 - Contabilidade Nacional	37
3.1 O que é Contabilidade Nacional?	37
3.2 Como medir a produção realizada por um sistema econômico?	38
3.2.1 Ótica do Produto	39
3.2.2 Ótica da Renda	39
3.3 Principais agregados macroeconômicos	40
3.3.1 Produto Interno Bruto (PIB)	40
3.3.2 Produto Nacional Bruto (PNB)	41
3.3.3 Produto Nacional Líquido (PNL)	41
3.3.4 Renda Nacional (RN)	42



3.3.5 Renda Pessoal (RP) e Renda Pessoal Disponível (RD).....	42
Aula 4 - Consumo, Poupança, Renda e Nível de Atividade.....	47
4.1 Qual a relação entre consumo e poupança?.....	48
4.2 O que as pessoas fazem com a sua poupança?.....	50
4.3 Qual a relação entre demanda e nível de atividade?.....	51
4.4 Como funcionam os sistemas econômicos?.....	51
4.4.1 Exemplo.....	54
Aula 5 - Teoria Monetária e Sistema Financeiro.....	57
5.1 Origens da moeda.....	58
5.2 Funções da Moeda.....	61
5.3 Por que as pessoas e empresas demandam e retêm moeda?	63
5.4 Demanda de Moeda.....	64
5.5 Exemplo.....	64
5.6 Oferta de Moeda.....	65
5.7 Taxa de juros de equilíbrio.....	66
5.8 Sistema financeiro.....	67
5.9 Crédito.....	69
Aula 6 - Inflação.....	73
6.1 O que é Inflação?.....	73
6.2 Então, por que o governo emite moeda?.....	75
6.3 Quais são as consequências da inflação?.....	75
6.4 A inflação no Brasil.....	76
Aula 7 - Economia Internacional.....	79
7.1 Do que trata a Economia Internacional?.....	79
7.2 O que é a Teoria das Vantagens Comparativas?.....	80
7.2.1 Exemplo.....	81
7.3 Balanço de pagamentos	82
7.3.1 Estrutura do balanço de pagamentos.....	83
7.3.2 Exemplo.....	84
7.4 Taxa de câmbio	86
Aula 8 - Teoria da Demanda.....	91
8.1 O que é demanda?.....	92
8.2 Como a demanda se comporta?.....	94





8.3.1 Exemplo.....	97
8.4 O que são bens complementares e bens substitutos?.....	98
8.4.1 Como a elasticidade pode ajudar a identificar os bens complementares e substitutos?.....	99
Aula 9 - Teoria da Produção.....	103
9.1 Do que trata a oferta?.....	104
9.3 O que é a curva de oferta?.....	105
9.4.1 Exemplo.....	107
Aula 10 - Mercado.....	111
10.1 O que é mercado?.....	111
10.2 Como podemos classificar esses mercados?.....	113
10.2.1 Concorrência pura ou perfeita.....	114
10.2.2 Monopólio puro.....	114
10.2.3 Oligopólio.....	115
10.2.4 Concorrência monopolística.....	115
Palavras finais.....	119
GUIA DE SOLUÇÕES.....	120
Referências.....	126
Currículo da professora-autora.....	127



Aula 1 - A economia e os problemas de natureza econômica

Objetivos:

1. Definir economia;
2. Identificar os problemas de natureza econômica e relacioná-los com situações do dia a dia;
3. Relacionar recursos escassos e necessidades ilimitadas;
4. Entender a curva de possibilidade de produção;
5. Diferenciar microeconomia de macroeconomia.



Nessa aula vamos iniciar o estudo da economia e dos problemas econômicos. É importante que você ao estudar essas informações relacione os conceitos apresentados com situações cotidianas e com o exercício profissional.



1.1 O que é Economia?

Muitas mudanças vêm acontecendo na sociedade. Avanços têm ocorrido em diversas áreas levando ao aumento dos níveis de consumo, aumento da quantidade de produtos disponíveis para os consumidores, maiores investimentos em tecnologia e comunicação, dentre outros.

Mesmo com todos os avanços que vêm acontecendo nessas e em outras áreas, problemas, como a falta de acesso aos bens e à tecnologia, ainda continuam a existir, ou seja, mesmo tendo um maior número de produtos disponíveis, pessoas continuam não tendo acesso a esses produtos.



Como surgiu a economia?

Na condição de uma disciplina científica, a economia é bem recente. Tornou-se costumeiro datar seu início com a publicação do livro a Riqueza das nações, de Adam Smith, em 1776 (COUTINHO, 1993). É claro que isto não quer dizer que anteriormente não tenha existido algum tipo de reflexão sobre os assuntos econômicos.

O termo economia se originou da palavra grega oikonomos (oikos = casa ou família e nomos = lei), e significava a arte de administrar uma casa ou um Estado. (VASCONCELOS; GARCIA, 2004)



A-Z

Imposto

São valores pagos por pessoas físicas ou jurídicas (empresas). Esses valores são arrecadados pelo estado (governo federal, estadual e municipal) e são utilizados para custear gastos públicos (saúde, educação, segurança, etc) e para a realização de investimentos em obras públicas (hospitais, escolas, estradas, etc).

Imposto de Renda:

É um tipo de imposto que incide sobre a renda de qualquer natureza. É pago tanto por pessoas físicas (Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF) quanto por pessoas jurídicas (Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ).

O conceito de economia é importante para todos nós, tanto no ambiente de trabalho quanto no dia a dia doméstico. Isso acontece porque os problemas econômicos estão presentes em todos os instantes de nossas vidas. Por exemplo, às vezes nos deparamos com questões como:

- Por que mesmo ganhando mais tenho a impressão que consigo comprar menos?
- Por que os preços do supermercado e do combustível variam?
- Por que o **imposto de renda** vai passar a incidir sobre a caderneta de poupança?
- Por que o preço dos alimentos diminui em períodos de safra e aumenta na entressafra?



- Por que existem pessoas desempregadas?
- Por que a água é barata, mesmo sendo necessária à vida, e os diamantes são caros, mesmo não sendo essenciais?
- Por que a renda per capita no sudeste é maior do que a no nordeste?

A economia nos ajuda a entender essas e muitas outras questões e como elas influenciam as nossas vidas, ou seja, ajuda a analisar os problemas enfrentados pelas pessoas e empresas e como esses problemas podem ser contornados.

O objetivo da economia é organizar políticas que articulem produção, distribuição e consumo de bens e serviços, com a finalidade de minimizar os problemas e maximizar os benefícios em favor da qualidade de vida da sociedade.

Economia é a “[...] ciência que estuda o emprego de recursos escassos entre diferentes usos possíveis, com o fim de obter os melhores resultados, seja na produção de bens, ou na prestação de serviços” (SOUZA, 2007, p.2).

A economia estuda como devem ser utilizados os **recursos produtivos** escassos na produção das diversas categorias de bens e serviços, colocados no mercado com o intuito de satisfazer suas infinitas necessidades (OLIVEIRA et al., 2006). Além disso, segundo Silva e Luiz (2001), a economia se ocupa das questões relativas à satisfação das necessidades dos indivíduos (necessidades individuais) e da sociedade (necessidades coletivas).

De modo geral, há uma escassez de recursos diante das necessidades ilimitadas e renovadas constantemente, impondo a necessidade de decidir quais necessidades serão satisfeitas. Assim, surge o objeto da ciência econômica: o estudo da escassez e dos problemas relacionados à escassez.

1.2 Do que trata a lei da escassez?

Para satisfazer as necessidades materiais e não-materiais de uma sociedade é necessário produzir bens e serviços. Para isso, empregam-se os recursos produtivos.

Esses recursos podem ter usos alternativos, isto é, podem ser utilizados para produzir diferentes produtos. Por exemplo, um produtor rural pode utilizar suas terras para produzir soja ou milho e uma indústria automobilística pode produzir tratores ou ônibus.

A-Z

Recursos produtivos:

São os elementos básicos utilizados na produção de bens e serviços destinados a atender à demanda. São também conhecidos como fatores de produção. Exemplos: mão de obra, matérias-primas, máquinas, prédios e capital financeiro.



A-Z

Recursos limitados:

Recursos são insuficientes para produzir o volume de bens e serviços necessários para satisfazer as necessidades de todas as pessoas. Também são chamados de recursos escassos.

Curto prazo:

Recursos são insuficientes para produzir o volume de bens e serviços necessários para satisfazer as necessidades de todas as pessoas. Também são chamados de recursos escassos.

Como os recursos que essas empresas dispõem são **limitados**, nem sempre a produção de todos os bens pode ser aumentada ao mesmo tempo, no **curto prazo**.

A necessidade humana vem da sensação de carência ou do desejo de obter algum produto. As necessidades humanas básicas são: alimentação, vestuário, transporte, educação e cultura, saúde, segurança e lazer. Essas necessidades são consideradas ilimitadas, pois estamos sempre desejando possuir mais do que temos.

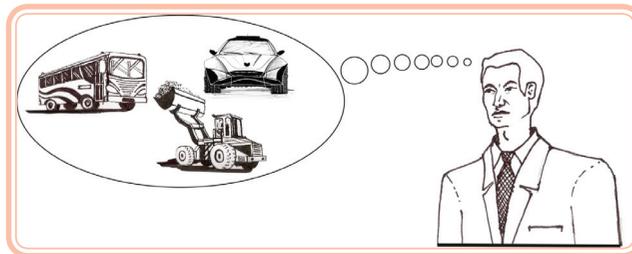
Souza (2007) sinaliza que essas necessidades são limitadas pela renda do indivíduo, ou seja, as quantidades demandadas dos diferentes bens são limitadas pela renda dos indivíduos. Como as necessidades são ilimitadas, os consumidores, baseados em sua renda, estabelecem prioridades para seus gastos. Essas prioridades são subjetivas e baseadas nas preferências ou necessidades do consumidor.

A escassez ocorre porque as necessidades humanas excedem a capacidade de produção possível com a utilização dos recursos limitados disponíveis.

A lei da escassez analisa a utilização dos recursos escassos, escolhendo entre usos alternativos, para produzir bens e serviços úteis para a satisfação das necessidades dos consumidores.

Vasconcellos e Garcia (2004) afirmam que a relação entre os recursos escassos e as necessidades ilimitadas acaba originando os problemas econômicos fundamentais, isto é, por não termos os recursos suficientes para atender todas as necessidades é necessário fazer escolhas sobre o que, quanto, como e para quem produzir.

1.2.1 O que produzir?



A decisão de o que produzir é influenciada pelas necessidades dos consumidores, ou seja, pela demanda. O nível de renda da população também





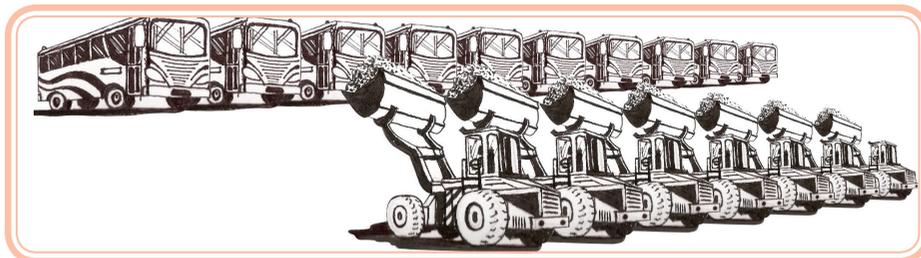
influencia quais produtos ela irá consumir. Quanto maior for a renda maiores serão as quantidades de produtos e serviços consumidos. Além disso, ao aumentar essa renda os consumidores passam a consumir não só uma maior quantidade de produtos, mas também produtos de melhor qualidade.

Em relação às empresas, ao deixar de produzir um produto para produzir outro, elas têm um custo de oportunidade. O custo de oportunidade é o custo da oportunidade perdida, ou seja, ao deixar de produzir um produto para produzir outro, os ganhos que poderiam ser obtidos com o novo produto que não foi produzido deixam de ser obtidos.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004), esse custo também é chamado de custo alternativo, pois representa o custo da produção alternativa sacrificada.

Um maior benefício associado à opção não escolhida pode representar o custo da alternativa escolhida.

1.2.2 Quanto produzir?



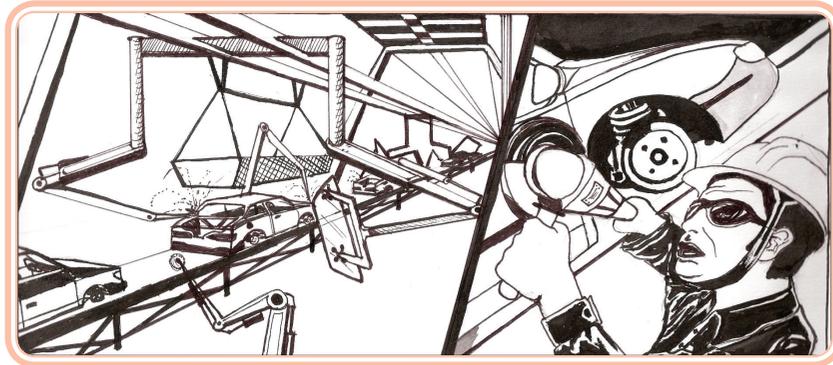
O quanto produzir é a decisão de qual quantidade de cada um dos produtos será produzida. Essa quantidade é fixada pela interação entre a oferta (produtor) e a demanda (mercado consumidor), ou seja, quanto mais pessoas quiserem comprar um produto, mais ele será produzido.

A quantidade consumida (demanda) também é influenciada pelo nível de renda e a quantidade produzida (oferta) pela escassez dos recursos produtivos.





1.2.3 Como produzir?



A-Z

Royalties:

Valor pago ao proprietário de uma patente, marca, produto, processo de produção, obra original para permitir seu uso ou comercialização.



Existe relação entre os investimentos em P&D e o crescimento econômico?

Empresas investem grandes somas de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos e processos de produção. Os resultados desses investimentos são o atendimento de necessidades ainda não satisfeitas dos consumidores levando essas empresas a obter grandes lucros.

Os investimentos em P&D concentram-se principalmente em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão e os países membros da União Europeia. Entretanto, nas últimas décadas países em desenvolvimento como Brasil, Índia e, principalmente, China têm apresentado significativo aumento nesses investimentos.

Não por acaso, a China é o país que apresenta as maiores taxas de crescimento econômico atualmente.

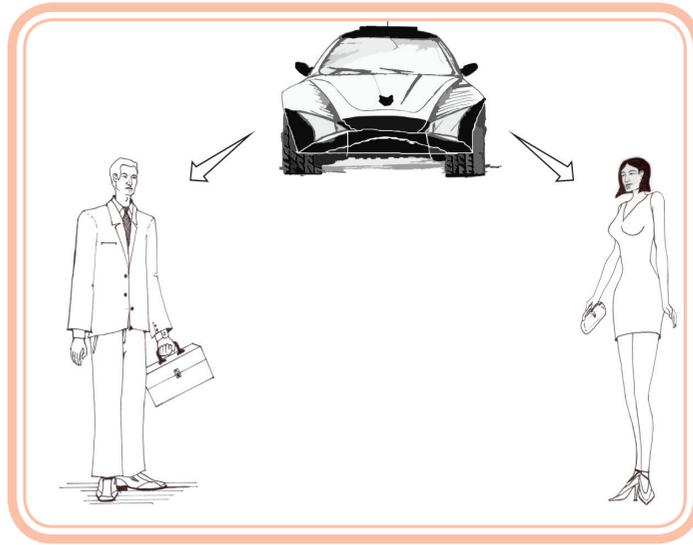
Segundo Souza (2007), o como produzir está relacionado com a tecnologia utilizada. E, ao escolher entre essas diferentes tecnologias disponíveis, as empresas devem procurar obter a máxima eficiência.

Complementando a questão do como produzir, Vasconcellos e Garcia (2004) argumentam que é necessário decidir dentre as diferentes opções os recursos de produção que deverão ser empregados para a obtenção de um determinado bem ou serviço. Esse conhecimento pode ser comprado de outros países através do pagamento de direitos (**royalties**) ou obtido a partir do desenvolvimento de produtos e processos de produção ou do aperfeiçoamento de produtos e processos existentes através de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Ao decidir entre as diferentes opções de recursos deve-se levar em consideração o preço dos recursos. Por exemplo, em países onde a mão de obra é barata, geralmente prefere-se utilizar processos de produção mais manuais. Em países onde a mão de obra é cara, as empresas tendem a investir em mecanização para utilizar uma menor quantidade de mão de obra. Em geral, as empresas investem cada vez mais em tecnologia, pois devido à globalização da produção em nível mundial, as empresas precisam reduzir custos, para poder competir.



1.2.4 Para quem produzir?



O para quem produzir inclui a definição de quais setores serão beneficiados pelos resultados da produção, determinando o acesso das pessoas a um conjunto de bens ou serviços, de acordo com os níveis de renda.

De acordo com Souza (2007), do ponto de vista das empresas a decisão de para quem produzir é tomada em função da expectativa de obter lucro, ou seja, como utilizar os recursos que ela tem disponível para aumentar seu lucro. Por exemplo, uma empresa automobilística pode escolher entre produzir carros populares ou carros de luxo ou, ainda, uma combinação desses dois tipos de produto.

1.3 Os problemas econômicos fundamentais e os tipos de economia

Em **economias de mercado**, esses problemas (o que produzir, quanto produzir, como produzir, para quem produzir) são resolvidos pelos mecanismos de preços atuando por meio da oferta (produção) e da demanda (consumidores), ou seja, o aumento da oferta implica na redução dos preços e o aumento da demanda implica no aumento dos preços.

Nas **economias centralizadas**, essas questões são decididas por um órgão central de planejamento, a partir do levantamento dos recursos de produção disponíveis e das necessidades do país, e não pela oferta e demanda no mercado.

A-Z

Economia de Mercado:

Ocorre quando os agentes econômicos agem de forma livre, sem a intervenção dos governos. Nesse tipo de sistema predomina a livre iniciativa e a propriedade privada dos recursos produtivos. Economia de mercado é associada ao sistema capitalista.

Economias centralizadas:

Ocorre quando as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento. Nesse tipo de sistema predomina a propriedade pública dos recursos produtivos. Economias centralizadas são associadas a sistemas socialistas.





1.4 Curva de possibilidade de produção

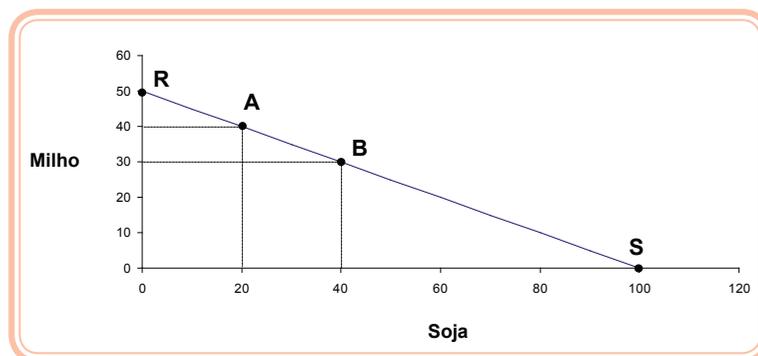
É preciso escolher entre os diferentes tipos de bens e as quantidades a serem produzidas de cada um deles. Por exemplo, um agricultor precisa decidir quais quantidades de soja e milho serão plantadas, ou seja, ele precisa escolher uma alternativa produtiva entre as possíveis combinações. Na verdade, o que ocorre é que esse agricultor dispõe de um conjunto de recursos produtivos (terra, capital, mão de obra, etc) e deve decidir quais desses recursos serão utilizados para produzir soja e quais serão utilizados para produzir milho.

De acordo com Silva e Luiz (2001), a curva de possibilidade de produção mostra combinações produtivas tecnicamente eficientes na produção de dois bens, isto é, indica as possíveis combinações de dois bens utilizando todos os recursos produtivos. Nessa curva, todos os recursos produtivos são plenamente empregados e a produção total obtida é a máxima possível.

Assim, qualquer ponto sobre a curva representa que a economia irá operar com plena capacidade utilizando todos os fatores de produção disponíveis (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

O ponto final de equilíbrio dependerá dos preços de mercado ou de decisões políticas. Em outras palavras, se o preço do milho aumentar e o preço da soja permanecer constante, aumentará a produção de milho em relação à produção de soja.

Na figura abaixo, temos um exemplo de curva de possibilidade de produção para o exemplo da soja e do milho. No eixo das abscissas (horizontal) representamos a quantidade de soja que pode ser produzida. No eixo das ordenadas (vertical) representamos a quantidade de milho que pode ser produzida.

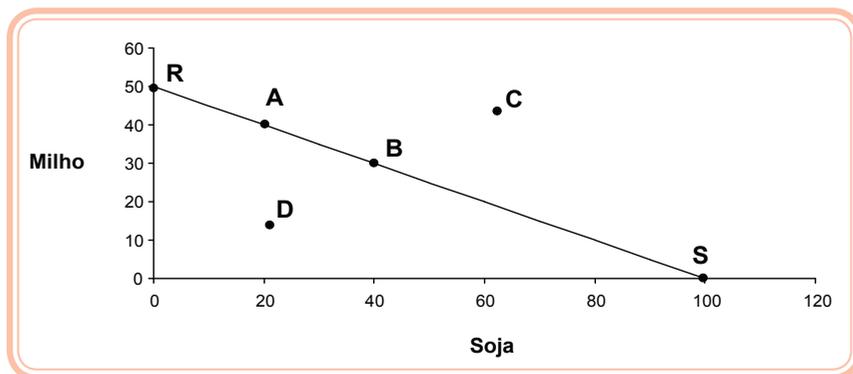




A linha que une os pontos R e S é chamada curva de possibilidade de produção. Essa curva indica as diferentes quantidades dos dois bens (milho e soja) que podem ser produzidos, quando são utilizados todos os recursos disponíveis.

Vamos inicialmente analisar a situação mostrada pelo ponto A. Nesse ponto, são produzidas 20 milhões de toneladas de soja e 40 milhões de toneladas de milho. Se o consumo de soja aumentar será necessário aumentar a produção de soja e, por consequência, será necessário reduzir a produção de milho, pois os recursos que eram utilizados na produção de milho passam a ser utilizados na produção de soja. Por exemplo, ao produzir 40 milhões de toneladas de soja e 30 milhões de toneladas de milho. Essa situação é representada no gráfico pelo ponto B.

A linha que une os pontos R e S representa o limite máximo de disponibilidade dos recursos produtivos, ou seja, a disponibilidade de recursos produtivos permite que se produza, no máximo, a quantidade representada na curva. Logo, os pontos acima dessa linha, como o ponto C no gráfico abaixo, não representam combinações possíveis de produção de soja e milho. Já o ponto D é uma combinação possível, mas há recursos produtivos que não estão sendo utilizados, ou seja, a produção é menor do que poderia ser.



1.4.1 A curva de possibilidade de produção pode ser alterada?

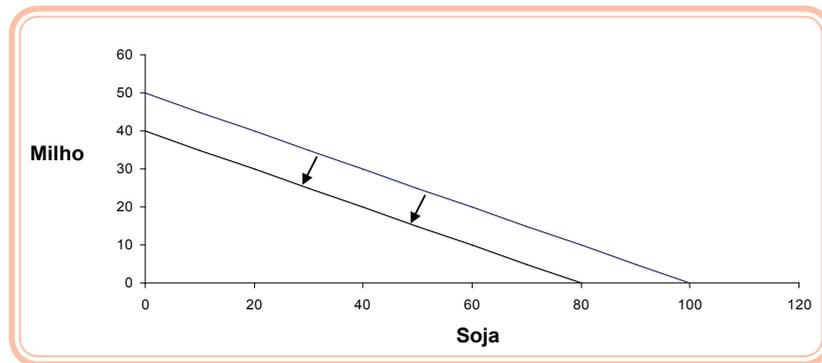
Em algumas situações ela pode ser alterada. Ela é alterada quando ocorre retração da economia, crescimento da economia ou mudança tecnológica.





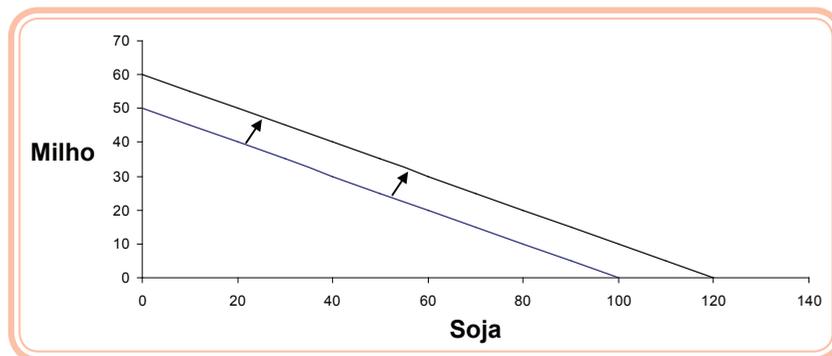
1.4.1.1 Quando ocorre uma retração da economia

Retração da economia significa, para nós, a diminuição da quantidade de recursos disponíveis. Nesse caso, ocorre deslocamento da curva para a esquerda, como é mostrado no gráfico abaixo.



1.4.1.2 Quando acontece crescimento da economia ou mudança tecnológica

Crescimento da economia ou mudança tecnológica significa, para nós, o aumento da quantidade de recursos disponíveis ou da produtividade dos recursos. Nesse caso, Vasconcellos e Garcia (2004) afirmam que ocorre deslocamento da curva para a direita, como é mostrado no gráfico abaixo, permitindo que a economia obtenha maiores quantidades de ambos os bens.



Vasconcellos e Garcia (2004) e Oliveira et al. (2006) concordam que o crescimento econômico é gerado por:

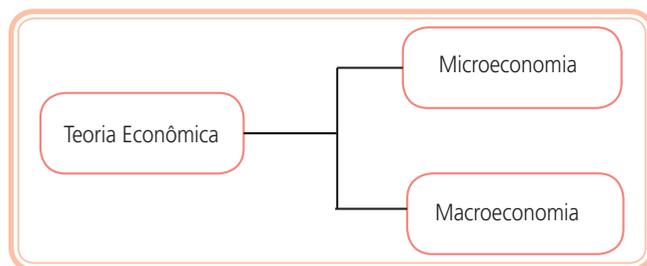
- Aumento dos recursos produtivos (recursos minerais, financeiros, etc.).
- Melhor aproveitamento dos recursos existentes, em função de progresso tecnológico, qualificação da mão de obra e melhor utilização dos recursos.





1.5 Macroeconomia e Microeconomia

A teoria econômica pode ser dividida em dois ramos básicos: a microeconomia e a macroeconomia (SILVA; LUIZ, 2001).



A microeconomia estuda os agentes econômicos (como empresa e consumidor) individualmente, isto é, estuda a maneira como o consumidor gasta sua renda ou uma empresa emprega seus recursos produtivos.

A macroeconomia estuda os agentes econômicos em seu conjunto, o conjunto de consumidores e o conjunto de empresas, dando ênfase à análise do produto nacional, nível de renda, inflação, desemprego, taxa de juros e taxa de câmbio.

Resumo

Como os recursos produtivos são escassos, os agentes econômicos precisam utilizá-los de forma racional, de modo a obter os melhores resultados em termos de quantidade e qualidade. O produtor precisa minimizar custos e vender seus produtos aos preços mais altos possível. O consumidor, pelo contrário, precisa obter o máximo de produtos, pensando em suas preferências (gosto), com um mínimo de gasto.

Atividades de aprendizagem



1. Um laticínio é uma unidade produtora que recebe o leite do produtor rural e o beneficia, transformando-o em diversos produtos como iogurtes, queijos, leite pasteurizado, ricotas, etc.

Analisando um laticínio e a definição de recurso produtivo apresentada nessa aula, marque a alternativa que não contiver um exemplo de recurso produtivo:

- a) () Mão de obra (funcionários).



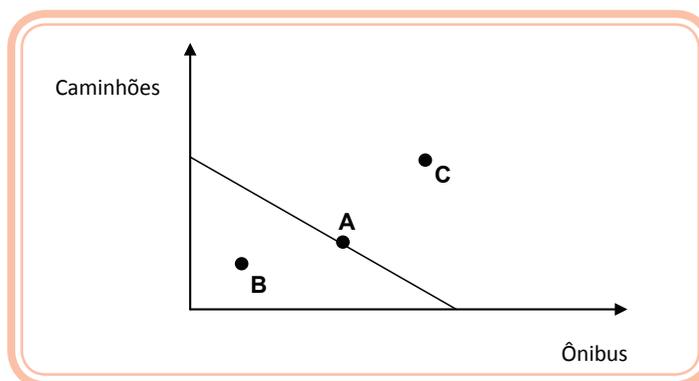


- b) () Queijo.
 - c) () Máquinas.
 - d) () Leite in natura (trazido do produtor rural).
2. Explique o que significam recursos limitados (escassos), necessidades ilimitadas e como eles se relacionam.
3. Associe as colunas a seguir de modo que melhor explique cada uma das quatro questões básicas ligadas à Lei da Escassez.

COLUNA 1	COLUNA 2
(A) O que produzir?	() É influenciado pela questão técnica, que indica que há várias maneiras de se combinar os recursos produtivos.
(B) Quanto produzir?	() Envolve a distribuição dos bens e dos serviços produzidos entre os elementos da sociedade.
(C) Como produzir?	() Reconhece que os recursos produtivos apresentam caráter limitado, ou seja, é limitado pela quantidade de recursos disponível.
(D) Para quem produzir?	() Indica que é necessário identificar a natureza das necessidades humanas, para saber quais os bens e serviços a produzir.

4. A curva de possibilidade de produção a seguir mostra diferentes combinações produtivas de caminhões e ônibus que uma indústria automobilística está analisando.

Essa empresa precisa saber quais dos pontos mostrados na curva (pontos A, B e C) representam combinações possíveis de ônibus e caminhões. Justifique sua resposta.





Caro (a) estudante

Passaremos, na Aula 2, a estudar o Sistema Econômico, seu funcionamento e a atuação dos agentes econômicos nesses sistemas.

A microeconomia e a macroeconomia também serão estudadas mais detalhadamente nas próximas aulas. A macroeconomia será estudada nas Aulas 3, 4, 5, 6 e 7 e, a microeconomia, nas Aulas 8, 9 e 10.

Não deixe de realizar as atividades propostas e continue atento ao conteúdo que você tem pela frente.

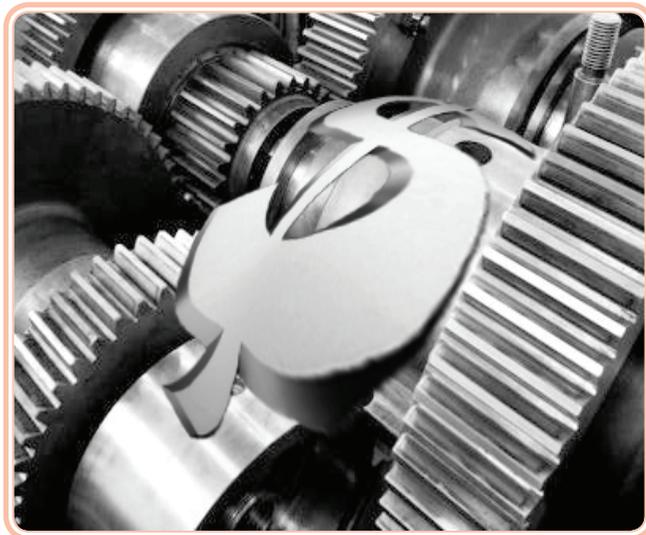




Aula 2 - Sistema Econômico

Objetivos:

1. Definir e identificar os elementos de um sistema econômico;
2. Classificar os bens e serviços;
3. Diferenciar os setores da atividade econômica;
4. Entender o funcionamento de um sistema econômico.



Nessa aula vamos discutir o funcionamento do sistema econômico e a interação entre os agentes econômicos. Podemos, com isso, entender relações ou fluxos entre empresas e pessoas.

2.1 O que é um Sistema Econômico?

Uma pessoa consome um conjunto de bens e serviços produzidos em diversas áreas da atividade econômica. Essa pessoa, para poder consumir esse



conjunto de bens e serviços, troca sua força de trabalho por um salário. O salário pago ao trabalhador pelo empresário permite que ele adquira os bens e serviços que necessita.

Essa interação entre pessoas, ou famílias, e empresas ocorre no mercado. As empresas definem o que produzir, quanto produzir, como produzir e para quem produzir a partir das necessidades das pessoas (mercado consumidor) e da disponibilidade de recursos produtivos.

Em economias de mercado, a regulação dessa interação é fornecida pela concorrência entre empresas e pelo sistema de preços. Quanto maior for a oferta de produtos, menores serão seus preços e quanto mais escassos esse produtos forem maiores serão seus preços. Pelo lado da demanda, quanto mais os produtos são procurados (demanda), mais eles serão valorizados e quanto menos forem procurados menores serão seus preços. Esse tipo de economia é caracterizada pela livre concorrência entre produtores e consumidores, o que estabelece os preços pelos quais os produtos serão vendidos.

Nas economias centralizadas, a regulação é responsabilidade de um órgão central que define os rumos da economia.

Um sistema econômico é a maneira como a sociedade se organiza visando solucionar a forma como utilizará seus recursos produtivos (trabalho, capital, recursos naturais, etc) para produzir bens e serviços para atender as necessidades da sociedade. Engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e da divisão do trabalho.

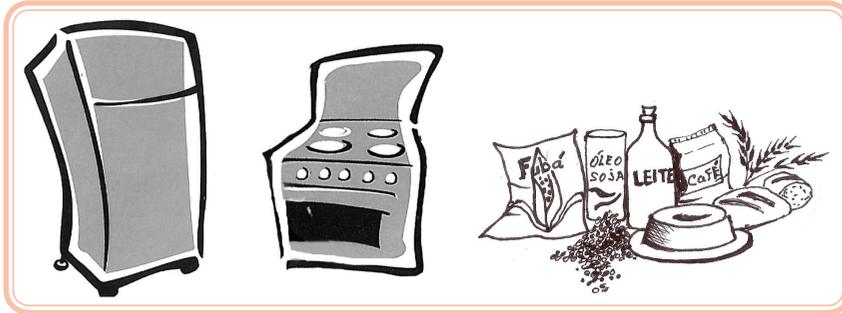
As empresas organizam seus recursos produtivos para que possam ser produzidos os bens e os serviços. Essas empresas são conhecidas como unidades produtoras. São exemplos de unidades produtoras: um laticínio, uma fábrica de ração, uma escola, uma confecção de roupas, etc.

Conforme Souza (2007), os bens produzidos nessas unidades produtoras podem ser classificados em:

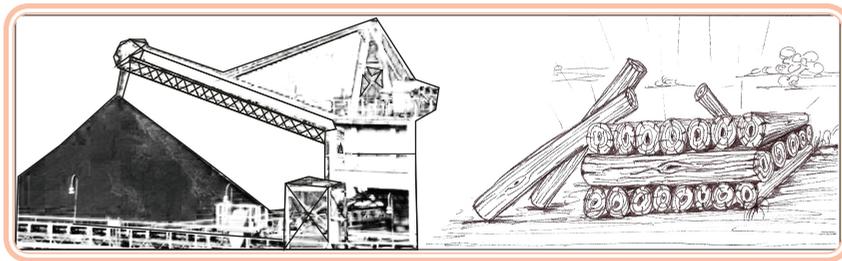
- Bens e serviços de consumo: são bens e serviços destinados ao atendimento direto das necessidades das pessoas, ou seja, não precisam de nenhuma transformação para ser utilizados pelos consumidores. De acordo com sua durabilidade, podem ser classificados como duráveis (geladeiras, fogões,



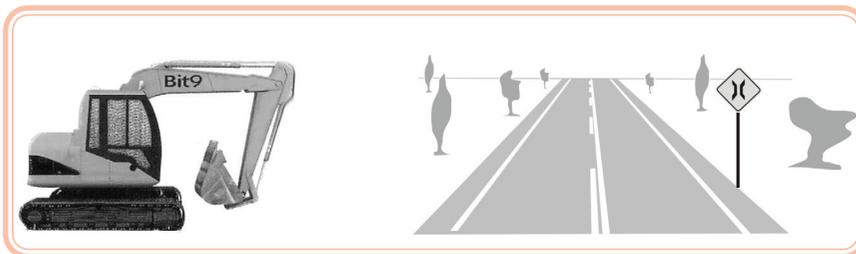
automóveis) ou como não-duráveis (alimentos, produtos de limpeza).



- Bens e serviços intermediários: são bens e serviços utilizados na produção de outros bens e serviços. Exemplos desse tipo de bens incluem insumos, matérias-primas e componentes, como chapas de aço, serviços de computação, minério de ferro, leite in natura, etc.



- Bens de capital: são bens utilizados na fabricação de outros bens, aumentando a eficiência do trabalho humano. Entretanto, não se desgastam totalmente no processo produtivo. São exemplos: máquinas, equipamentos, instalações, edifícios, computadores, estradas, etc.





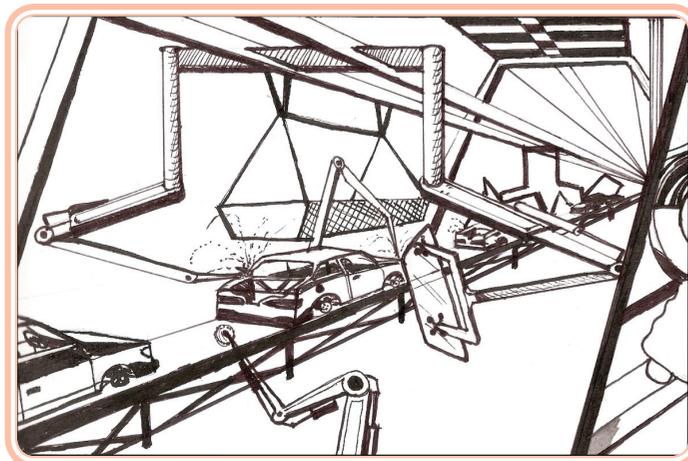
2.2 Setores da Atividade Econômica

A atividade econômica concretiza-se pela produção de um conjunto diversificado de bens e serviços, cujo objetivo é satisfazer as necessidades das pessoas. Silva e Luiz (2001) e Souza (2007) dividem essas atividades econômicas em três grandes setores da economia de acordo com as características fundamentais de sua produção:

- Setor primário: é constituído pelas unidades produtoras que utilizam intensamente recursos naturais. Envolve as atividades agrícolas, pesqueiras, pecuárias, extração vegetal, reflorestamento e mineração.

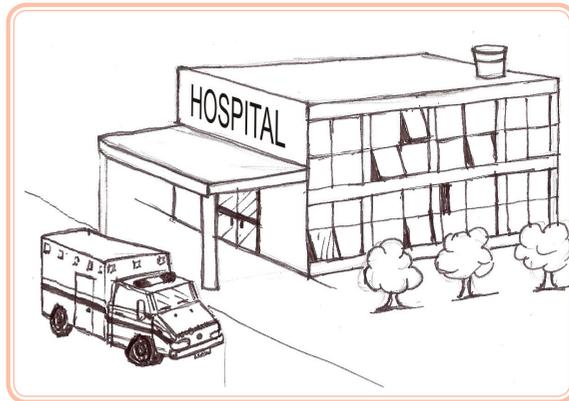


- Setor secundário: é constituído pelas unidades produtoras dedicadas às atividades industriais através das quais os bens são transformados. Inclui a produção de veículos automotores, materiais de construção, produtos químicos e farmacêuticos, plásticos, eletrodomésticos, tratores, produtos alimentares, etc.





- Setor terciário: é formado pelas unidades produtoras que prestam serviços, tais como bancos, empresas de transporte, hospitais, comércio, turismo, meios de comunicação, etc.



2.3 Como o Sistema Econômico funciona?

O funcionamento do sistema econômico ocorre da seguinte forma:

- As unidades produtoras (empresas), para produzir os bens e serviços, utilizam os recursos produtivos. Essas unidades remuneram esses recursos através de salários (pago aos trabalhadores), aluguéis (pago pelas instalações), juros (pago pelos financiamentos) e lucros (pago aos proprietários).
- A remuneração obtida proporciona às pessoas a possibilidade de adquirir os bens e os serviços produzidos pelas unidades produtoras. Em outras palavras, ela usa seu salário para comprar os bens que necessita como alimentos, roupas, etc.

Essa interação entre o público (as pessoas) e as unidades produtoras (empresas) resulta, de acordo com Luiz e Silva (2001), em dois fluxos em um sistema econômico: um fluxo de bens e serviços e, de outro lado, um fluxo monetário.

O fluxo de bens e serviços é conhecido como fluxo real ou fluxo do produto e representa a totalidade dos bens e serviços finais produzidos pelas unidades produtoras. Esse fluxo constitui a oferta da economia, ou seja, todos os bens e serviços produzidos pela economia.

O fluxo monetário ou nominal inclui a totalidade da remuneração dos recursos produtivos empregados pelas unidades produtoras, que incluem as

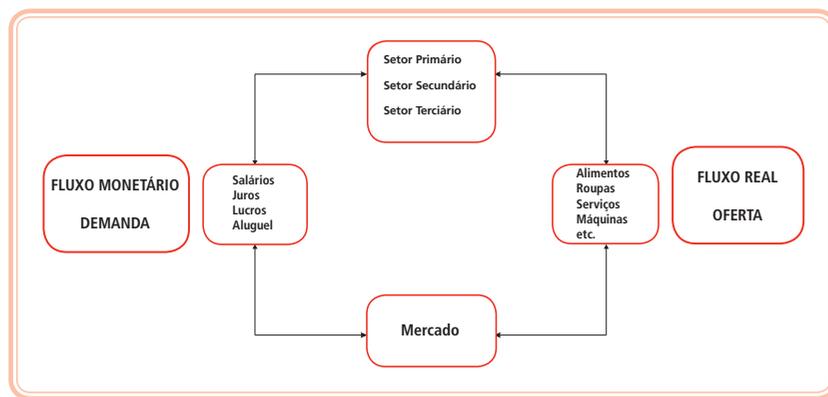




rendas e despesas das famílias e os custos e receitas das empresas (SOUZA, 2007). Esse fluxo constitui a demanda ou procura da economia.

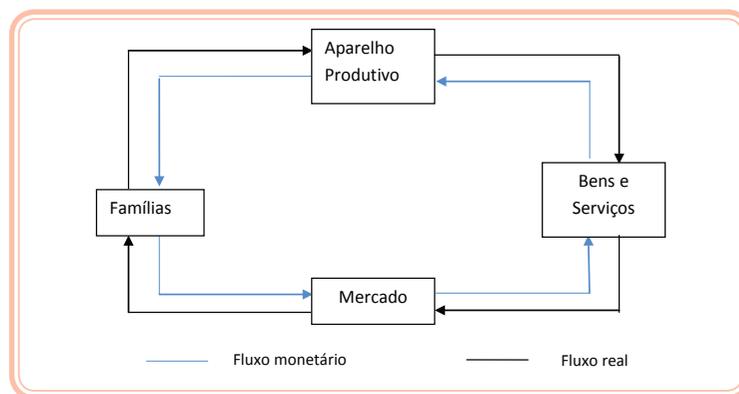
A interação entre a oferta e a demanda de produtos determina os preços de mercado de cada bem ou serviço. Essas duas funções (oferta e demanda) são as mais importantes de um sistema econômico e formam o mercado, ou seja, o mercado é formado pelos fluxos real e monetário, respectivamente, a oferta e a demanda da economia.

A figura abaixo mostra os fluxos monetário e real do sistema econômico e a formação do mercado.



De acordo com Vasconcellos e Garcia (2004), o sistema econômico é caracterizado pela circulação dos fluxos real e monetário. Essa circulação entre as entidades do sistema econômico permite-lhe cumprir adequadamente o seu papel.

A figura abaixo mostra a circulação no sistema econômico.





Resumo

O sistema econômico é composto pelos agentes econômicos (empresas, pessoas, etc). A atuação de todos os agentes econômicos (empresas, pessoas, etc) possibilita o funcionamento de um sistema econômico. O fluxo real ou de produtos (oferta) define quais bens e serviços estarão disponíveis e o fluxo monetário (demanda) constitui a remuneração de trabalhadores, proprietários, etc.

Atividades de aprendizagem



1. Em relação ao sistema econômico, marque V (se a afirmação for verdadeira) ou F (se a afirmação for falsa).

a) () No sistema econômico existe apenas o fluxo de bens e serviços, também conhecido como fluxo nominal.

b) () O funcionamento do sistema econômico depende das unidades produtoras e do consumo das pessoas.

c) () O fluxo monetário é formado pelos salários, juros, lucros e aluguéis.

2. Classifique os bens e serviços listados abaixo em bens de consumo, bens de capital e bens intermediários.

Automóvel, máquina de costura em uma confecção de roupas, geladeira, transporte coletivo, estradas, petróleo e trigo.

3. Marque no caça palavras as atividades que são do setor secundário.





Prezado (a) estudante

Você teve oportunidade de conhecer nesta aula elementos do sistema econômico que são importantes para poder prosseguir nesta disciplina. Na Aula 3 vamos iniciar o estudo da Macroeconomia. A macroeconomia analisa os agentes econômicos em seu conjunto. Começaremos pelo estudo da Contabilidade Nacional, uma forma de medir as transações (de bens e serviços) realizadas em uma nação durante um período de tempo.

Continue separando algum tempo do seu dia para estudar o que está exposto e realizar as atividades de aprendizagem.



Aula 3 - Contabilidade Nacional

Objetivos:

1. Definir contabilidade nacional;
2. Determinar como medir a produção em um sistema econômico;
3. Listar e calcular os principais agregados macroeconômicos.



Nessa aula, vamos discutir porque é importante medir as transações dentro de um sistema econômico ao longo do tempo. Essas medidas (agregados macroeconômicos) mostram o comportamento desses sistemas econômicos.

3.1 O que é Contabilidade Nacional?

A partir dos levantamentos de Souza (2007), podemos entender que os conceitos fundamentais de Contabilidade Nacional se desenvolveram a partir de Keynes em 1936 e após alguns acontecimentos históricos (principalmente,



a Crise de 1929 e as duas Guerras Mundiais) foi necessário criar meios que permitissem comparações internacionais.

Assim surgiu a Contabilidade Nacional, também chamada de Contabilidade Social, como uma forma de medir todas as transações (de bens e serviços) que compõem a vida econômica de uma nação (VASCONCELLOS, 2002).

A Contabilidade Nacional mostra todas as operações efetuadas pelos agentes econômicos em um determinado período de tempo. Conforme Souza (2007), os agentes econômicos são as famílias (unidades consumidoras), as empresas (unidades produtoras), o governo (federal, estadual e municipal) e o resto do mundo (agentes econômicos residentes no exterior).

A Contabilidade Nacional mostra o desempenho global de uma economia em termos quantitativos e fornece os meios para a análise do conjunto da economia de uma sociedade.

A partir dessa definição, nos deparamos com uma pergunta:

3.2 Como medir a produção realizada por um sistema econômico?



Inicialmente, é necessário estabelecer o período de tempo para medir o total de bens e de serviços produzidos. O período considerado atualmente é um ano.

Em seguida, precisa-se estabelecer a unidade de medida utilizada, pois os produtos são medidos em diferentes unidades. Exemplos dessas unidades





de medida são as medidas da carne em arrobas, da energia elétrica em kilowatts e dos automóveis em unidades. Por esse motivo, é importante que os valores estejam em unidades monetárias, ou seja, em termo do seu preço.

Finalmente, é necessário estabelecer, segundo Silva e Luiz (2001), a ótica segundo a qual a atividade econômica pode ser examinada e medida (ótica do produto e ótica da renda).

3.2.1 Ótica do Produto

A ótica do produto considera o preço e a quantidade produzida dos bens e dos serviços, mas apenas daqueles voltados para o consumo final. Essa ótica deriva da definição de produto que afirma que produto são os valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos por um país num determinado período de tempo, ou seja, o produto é o total de vendas (receita dos empresários) somadas aos estoques avaliados a preço de mercado (SILVA e LUIZ, 2001).

Por exemplo, para produzir uma mesa de madeira são utilizados muitos bens e serviços (madeira, serra, lixadeira, verniz, etc). Esses bens e serviços não são computados no cálculo do produto da economia, pois são bens e serviços intermediários. Segundo essa ótica, apenas o número de mesas produzidas multiplicada pelo seu preço entrará no cálculo, evitando o problema da dupla contagem, já que os preços dos bens e serviços intermediários (madeira, serra, etc) estão incluídos no preço do produto final (mesa).

3.2.2 Ótica da Renda

Em relação à renda, ela pode ser definida como a soma das remunerações feitas aos recursos produtivos durante um determinado período de tempo, ou seja, com a receita obtida os empresários remuneram os recursos produtivos através de salários (pagos aos trabalhadores), de aluguéis (pago ao proprietário), de juros (pago ao dono do capital) e dos lucros (pago ao empresário).

Assim, conforme Silva e Luiz (2001), podemos dizer que as receitas, ou o produto da economia, são totalmente utilizadas para a remuneração dos recursos produtivos. Como a renda é a remuneração desses recursos produtivos, podemos chegar à conclusão que a renda é igual ao produto. Podemos chegar a essa conclusão considerando um sistema econômico simples composto apenas de empresas e consumidores. Neste caso, não estão sendo



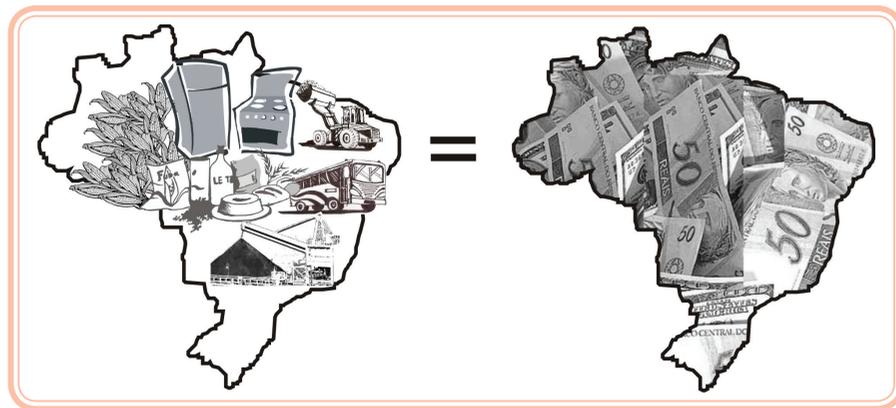


considerados o setor público (impostos e taxas), nem o resto do mundo (importação e exportação de bens e serviços). Além disso, para que a igualdade (renda = produto) seja verdadeira, é necessário que as pessoas gastem toda a sua renda na aquisição de bens e serviços, ou seja, que não façam poupança.

O objetivo principal da Contabilidade Nacional é representar e quantificar a atividade econômica de um país. Para isso, ela utiliza um conjunto de agregados macroeconômicos.

3.3 Principais agregados macroeconômicos

Os agregados macroeconômicos ajudam a entender o comportamento da economia como um todo e auxiliam no estudo e acompanhamento da evolução do sistema econômico ao longo do tempo.



Os principais agregados macroeconômicos e que explicam o fluxo do produto (bens e serviços) e da renda (salários, aluguéis, juros e lucro) são:

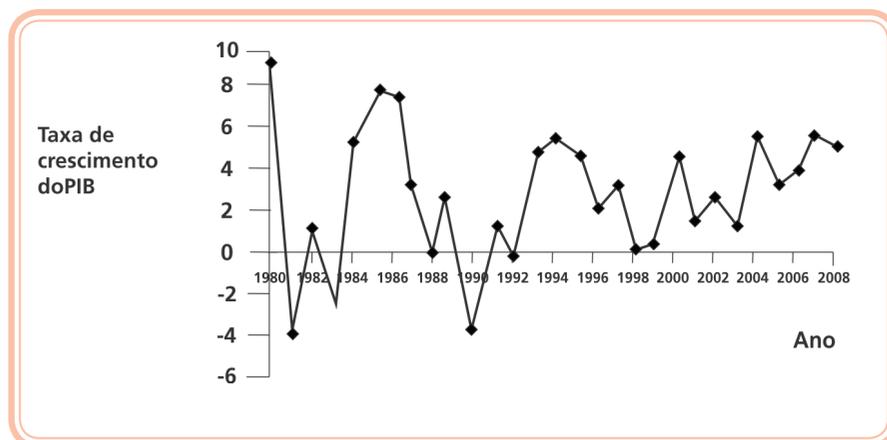
3.3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme Mankiw (2009), o PIB é o valor de mercado de todos os bens finais produzidos durante um determinado período de tempo (por exemplo, um ano ou um trimestre) em uma determinada região (por exemplo, um país ou um estado), ou seja, é o preço de mercado multiplicado pela quantidade de todos os bens e serviços produzidos na economia.

O PIB é um importante indicador da atividade econômica de uma região, pois representa o produto da economia.



O gráfico abaixo mostra a taxa de crescimento (variação, aumento e diminuição) percentual do PIB brasileiro entre os anos de 1980 e 2008. Por exemplo, no ano de 1994 o PIB foi de 5,33%. Isso significa que, em relação ao ano de 1993, o PIB aumentou 5,33%.



Fonte: <http://ipeadata.gov.br>

3.3.2 Produto Nacional Bruto (PNB)

O Produto Nacional Bruto (PNB) é obtido retirando do Produto Interno Bruto (PIB) a parcela correspondente às **rendas líquidas enviadas para o exterior (RLEE)**.

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLEE}$$

Por exemplo, em uma região com um PIB de R\$ 500 bilhões e com uma renda líquida enviada para o exterior de R\$ 100 bilhões, o Produto Nacional Bruto (PNB) será de R\$ 400 bilhões.

$$\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLEE}$$

$$\text{PNB} = 500 - 100$$

$$\text{PNB} = \text{R\$ } 400 \text{ bilhões}$$

3.3.3 Produto Nacional Líquido (PNL)

O Produto Nacional Líquido (PNL) é o Produto Nacional Bruto (PNB) menos a parcela correspondente à **Depreciação**.

A-Z

Rendas líquidas enviadas para o exterior (RLEE)

É a diferença entre o pagamento pelo uso de fatores de produção estrangeiros utilizados internamente e o pagamento recebido pelo uso de fatores nacionais no exterior. Renda Líquida Enviada ao Exterior = Renda Enviada ao Exterior - Renda Recebida do Exterior. A renda líquida enviada para o exterior esta relacionada à presença de empresas estrangeiras no país, e à atuação de empresas nacionais em territórios estrangeiros.

A-Z

Depreciação

É a parcela do produto que se destina à reposição ou reparos dos equipamentos.



$$\mathbf{PNL = PNB - Depreciação}$$

Continuando o exemplo anterior, em uma região com um Produto Nacional Bruto (PNB) de R\$ 400 bilhões, as máquinas e equipamentos apresentaram uma depreciação de R\$ 50 bilhões. Assim, o PNL é:

$$\mathbf{PNL = PNB - Depreciação}$$

$$\mathbf{PNL = 400 - 50}$$

$$\mathbf{PNL = R\$ 350 bilhões}$$

3.3.4 Renda Nacional (RN)

A Renda Nacional (RN) é igual ao Produto Nacional Líquido (PNL) menos os impostos indiretos das firmas.

$$\mathbf{RN = PNL - Impostos Indiretos das Firmas}$$

Do exemplo anterior, na região com um Produto Nacional Líquido (PNL) de R\$ 350 bilhões, os impostos indiretos das firmas somaram R\$ 40 bilhões. Assim, a Renda Nacional (RN) é:

$$\mathbf{RN = PNL - Impostos Indiretos das Firmas}$$

$$\mathbf{RN = 350 - 40}$$

$$\mathbf{RN = R\$ 310 bilhões}$$

3.3.5 Renda Pessoal (RP) e Renda Pessoal Disponível (RD)

A Renda Pessoal (RP) é igual à Renda Nacional (RN) menos lucros retidos pelas empresas, menos impostos diretos sobre as empresas, menos outras receitas do governo (contribuição previdenciária, FGTS, etc), mais as transferências governamentais (aposentadorias, seguro desemprego, etc)

Renda Pessoal (RP) é igual à renda familiar. Através do conceito de renda familiar, podemos também definir Renda Pessoal Disponível (RD), que é igual à Renda Pessoal (RP) menos o imposto direto sobre a família.





$RP = RN - \text{Lucros retidos pelas Empresas} - \text{Imposto Diretos sobre as Empresas} - \text{Outras Receitas do Governo (Contribuição Previdenciária, FGTS, etc)} + \text{Transferências Governamentais (Aposentadorias, seguro desemprego, etc)}$

$RD = RP - \text{Imposto Diretos Sobre as Famílias}$

Continuando o exemplo anterior, a região com uma Renda Nacional (RN) de R\$ 310 bilhões, os lucros retidos pelas empresas e os impostos diretos sobre as empresas somaram, respectivamente R\$ 20 bilhões e R\$ 10 bilhões. Já outras receitas do governo são de R\$ 5 bilhões, as transferências governamentais são de R\$ 15 bilhões e os impostos diretos sobre as famílias são de R\$ 25 bilhões. Assim, a RP e a RD são:

$RP = RN - \text{Lucros retidos pelas Empresas} - \text{Imposto Diretos sobre as Empresas} - \text{Outras Receitas do Governo (Contribuição Previdenciária, FGTS, etc)} + \text{Transferências Governamentais (Aposentadorias, seguro desemprego, etc)}$

$$RP = 310 - 20 - 10 - 5 + 15$$

$$RP = \text{R\$ } 290 \text{ bilhões}$$

$RD = RP - \text{Imposto Diretos Sobre as Famílias}$

$$RD = 290 - 25$$

$$RD = \text{R\$ } 265 \text{ bilhões}$$

Através dos agregados macroeconômicos é possível avaliar o papel do governo, do setor externo e das empresas na economia.

Os agregados permitem ter uma ideia aproximada do progresso do país ao se observar as taxas de crescimento do produto. Entretanto, não revela de que forma o produto é distribuído entre os habitantes do país, ou seja, uma economia pode apresentar altas taxas de crescimento e isso não ser distribuído igualmente entre as pessoas. Exemplo disso ocorre na China nos últimos anos. O país apresentou um dos mais altos índices de crescimento econômico, mas esse crescimento não foi distribuído igualmente à população.





Resumo

A contabilidade nacional tem se mostrado útil para analisar o funcionamento do sistema econômico como um todo. Os agregados macroeconômicos são importantes indicadores para avaliar o papel do governo (por exemplo, analisando o papel dos impostos pagos por pessoas e empresas), do setor externo (por exemplo, comparando a renda enviada e a recebida do exterior) e das empresas na economia (por exemplo, analisando o produto gerado pela economia, o PIB).

Atividades de aprendizagem



1. Marque V, se a afirmação for verdadeira, e F, se for falsa.

- a) () A Contabilidade Nacional mede a atividade econômica e é importante para comparações internacionais, ou seja, entre países.
- b) () O PIB (Produto Interno Bruto) é um dos principais agregados macroeconômicos. Ele é calculado subtraindo o valor do imposto de renda pago por pessoas e empresas.
- c) () O agregado PNL (Produto Nacional Líquido) considera a interação entre os países, pois considera em seus cálculos a renda enviada ao exterior e a renda recebida do exterior.
- d) () É importante medir a produção em termos monetários, pois os produtos utilizam diferentes unidades de medida (por exemplo, unidades, quilogramas, toneladas, arrobas, quilowatts, etc).

2. Complete as lacunas abaixo:

- a) O _____ é a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos por um país em um determinado período de tempo.
- b) A _____ é a soma das remunerações feitas aos recursos produtivos (salários, aluguéis, lucro e juros) em um determinado período de tempo.
- c) Ao admitirmos que a _____ é igual ao _____, estamos considerando que toda a receita gerada pela economia é utilizada para remunerar os recursos produtivos e que as pessoas não fazem





_____, ou seja, que as pessoas gastam toda a sua renda adquirindo bens e serviços.

3. Vamos imaginar um país que apresentou no ano de 2010 um PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 600 bilhões. Esse mesmo país apresentou os seguintes resultados:

- Depreciação: R\$ 20 bilhões
- Renda enviada ao exterior: R\$ 40 bilhões
- Renda recebida do exterior: R\$ 30 bilhões
- Impostos indiretos das firmas: R\$ 50 bilhões
- Lucros retidos pelas empresas: R\$ 10 bilhões
- Impostos diretos sobre as empresas: R\$ 50 bilhões
- Receita do governo com contribuição previdenciária e FGTS: R\$ 5 bilhões
- Transferências governamentais através de aposentadorias: R\$ 15 bilhões
- Impostos diretos sobre as famílias: R\$ 20 bilhões

Calcule os seguintes agregados macroeconômicos desse país no ano de 2008:

- a)** PNB (Produto Nacional Bruto).
- b)** PNL (Produto Nacional Líquido).
- c)** RN (Renda Nacional).
- d)** RP (Renda Pessoal).
- e)** RD (Renda Pessoal Disponível).





Prezado (a) estudante (a)

Finalizamos a Aula 3. Retorne ao início e verifique se você conseguiu alcançar os objetivos propostos para construção do seu conhecimento. Na Aula 4 vamos estudar alguns conceitos fundamentais da economia: consumo, poupança, renda, investimento, nível de atividade, demanda, orçamento do governo e balança comercial.

Fique atento às atividades de aprendizagem propostas.



Aula 4 - Consumo, Poupança, Renda e Nível de Atividade

Objetivos:

1. Relacionar renda, consumo e poupança;
2. Definir e exemplificar investimento;
3. Relacionar nível de atividade e demanda;
4. Calcular a renda, a demanda e a poupança do sistema econômico;
5. Entender o orçamento do governo e balanço comercial;
6. Relacionar poupança e investimento.

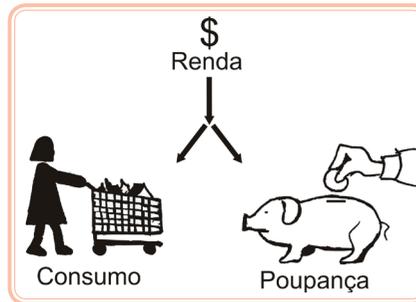


Nessa aula, buscaremos identificar alguns conceitos fundamentais da economia, sendo que é muito importante relacionar esses conceitos com situações práticas. Fique atento aos objetivos propostos, pois eles são norteados de onde seu aprendizado precisa estar focado. Bons estudos e siga em frente.



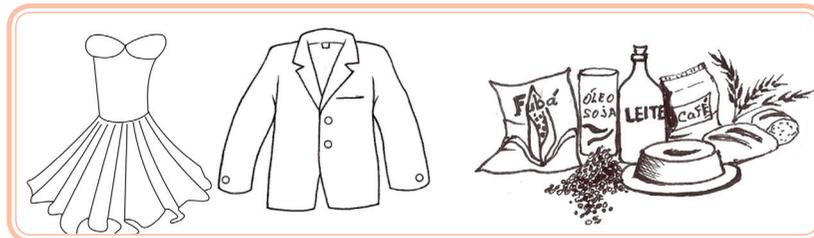
4.1 Qual a relação entre consumo e poupança?

Os agentes econômicos (trabalhadores, empresários, etc) têm que decidir como será usada sua renda. A renda do trabalhador é o seu salário, a do empresário é o lucro . A renda desses agentes econômicos pode ser usada para o consumo ou para a poupança.

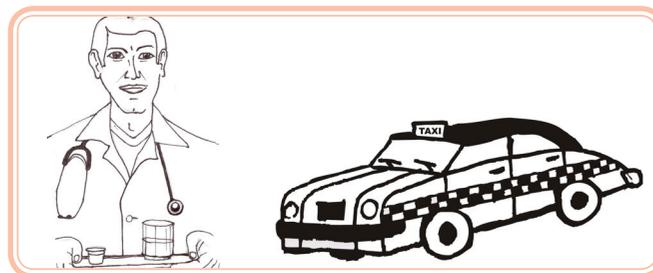


As pessoas precisam atender as suas necessidades através do consumo de bens e serviços. De acordo com Silva e Luiz (2001), esses bens e serviços podem ser classificados em:

- Bens de consumo não duráveis: são os bens de consumo que apresentam vida útil curta. São exemplos desse tipo de bens: roupas e alimentos.



- Serviços de consumo: são as despesas feitas pelas pessoas com serviços prestados por outras pessoas ou equipamentos, com vistas à satisfação de suas necessidades. Exemplos desses serviços incluem aluguel, médico, transporte.





- Bens de consumo duráveis: são os bens que apresentam vida útil longa. São exemplos desse tipo de bens os automóveis e os eletrodomésticos.



O consumo do sistema econômico é a soma das despesas de consumo realizadas por cada uma das pessoas, por período de tempo.

A parte da renda das pessoas que não é gasta com o consumo (compra de produtos e serviços) é destinada à poupança. A poupança é a parte da renda que as pessoas poupam, ou seja, para realizar a poupança as pessoas não gastam toda a sua renda em consumo.

Para calcular a poupança utiliza-se a seguinte expressão:

$$P = R - C$$

Onde: **P = poupança;**
R = renda;
C = consumo.

Essa equação significa que a poupança (P) é a diferença entre a renda (R) e o consumo (C).

Para exemplificar, imagine que uma pessoa tenha uma renda, ou um salário, de R\$ 1.000,00. Para sobreviver, ela gasta R\$ 800,00 com alimentação, vestuário, transporte, energia elétrica, telefone, etc. Utilizando a equação acima para calcular a poupança, temos:

$$P = R - C$$
$$P = 1000 - 800$$
$$P = R\$ 200$$

Esse resultado significa que com a renda que essa pessoa tem disponível (R\$ 1.000,00) e como os gastos que ela realiza (R\$ 800,00) para a sua sobrevivência, sobram R\$ 200,00 para a poupança.



A soma das poupanças de cada uma das pessoas é igual à poupança do sistema econômico.

4.2 O que as pessoas fazem com a sua poupança?

Quando estudamos como medir a produção realizada por um sistema econômico (Aula 3), chegamos à conclusão que a renda era igual ao produto. Para que isso acontecesse, era necessário que toda a renda fosse gasta (consumo), ou seja, que não fosse realizada poupança.

Agora, analisando a possibilidade da existência de poupança, como uma parte da renda não será utilizada para o consumo, uma parte do produto (bens e serviços) não será vendida. Essa parte que não for vendida será transformada no estoque do sistema econômico. O estoque é a parcela dos bens que não é vendida no período em que foi produzida.

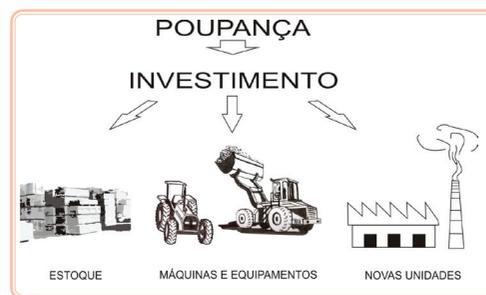
Analisando o sistema econômico, esse estoque (parcela não vendida) é igual à poupança no mesmo período, ou seja, o valor que corresponde à parcela da renda que não foi utilizada para o consumo.

Em relação ao sistema econômico, Silva e Luiz (2001) afirmam que a formação desse estoque (poupança) significa investimento. O investimento não significa somente variação (aumento) de estoques, pois é formado também por despesas como compra de máquinas e equipamentos e construção de novas unidades produtivas que visam aumentar a capacidade produtiva das empresas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Não são considerados investimentos as despesas que as empresas têm com manutenção e reparos, pois investimentos são gastos realizados para aumentar a capacidade produtiva das empresas.

Em outras palavras, afirmar que a poupança é igual ao investimento no mesmo período é uma definição fundamental da macroeconomia.

$$P = I$$

Onde: P = poupança;
I = investimento.





4.3 Qual a relação entre demanda e nível de atividade?

Segundo Silva e Luiz (2001), os economistas, até o início do século XX, acreditavam que a oferta ou a produção criava sua própria demanda, ou seja, para produzir as empresas contratavam os recursos produtivos, os remuneravam (pagavam salários aos trabalhadores, juros ao dono do capital, etc) e a remuneração desses recursos formava a demanda pelos bens e serviços produzidos (consumo). Isso ficou conhecido como Lei da Say.

Essa lei tinha implícita a ideia do pleno emprego, onde todos os fatores produtivos estão ocupados na produção dos bens e serviços que formam a renda.

Entretanto, essa lógica de funcionamento não explicava as crises econômicas, a recessão e o desemprego. Acreditava que ao utilizar todos os recursos produtivos, a remuneração desses recursos se dirigia ao mercado, ou seja, era utilizada para adquirir bens e serviços. Mas, nós sabemos que isso não acontece dessa forma, pois as pessoas não usam toda a sua renda para adquirir bens e serviços (consumo).

De acordo com Silva e Luiz (2001), na década de 30, os economistas Keynes e Kalecki desenvolveram ao mesmo tempo uma nova lógica que invertia a Lei da Say. Essa nova lógica ficou conhecida como o Princípio da Demanda Efetiva e afirmava que a demanda determina o nível de produção ou de atividade.

Essa nova lógica admitia que nem toda a remuneração dos recursos se transformava em demanda. Essa parte da remuneração que não se transformava em demanda ficou conhecida como vazamentos do sistema. Esses vazamentos levavam as empresas a não venderem todos os seus produtos formando estoques e por consequência a reduzir a sua produção gerando demissões, redução da compra de matéria-prima, etc. Keynes propunha, para solucionar os vazamentos, a intervenção governamental na economia como forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou em recessão, o que não poderia acontecer no pleno emprego, já que este estava baseado nos mecanismos autorreguladores do mercado.

4.4 Como funcionam os sistemas econômicos?

Os sistemas econômicos são formados por agentes econômicos. Vasconcellos e Garcia (2004) afirmam que esses agentes são os trabalhadores, os empresários, o governo e o resto do mundo.





A-Z

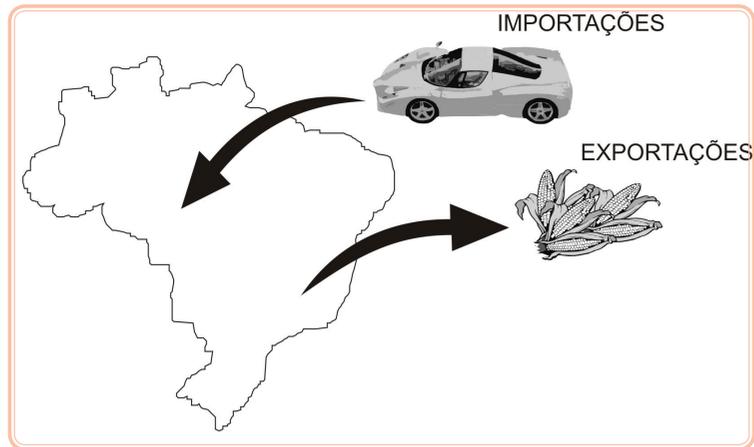
Exportações

País vende parte de seu produto (bens e serviços) para outros países.

Importações

País compra parte dos bens e serviços produzidos por outros países

Os sistemas econômicos encontrados tipicamente em vários países são economias abertas e com governo. Economias abertas consideram a existência de setor externo (resto do mundo), ou seja, mantêm relações comerciais e financeiras com outros países. Essas relações acontecem por meio de **exportações** e **importações**.



A economia com governo considera a existência do setor público. Esse agente (governo) interfere na divisão do produto e na demanda do sistema econômico. Em relação à divisão do produto, trabalhadores recebem sua parte da renda através dos salários; empresários, através dos lucros; e o governo recebe sua parte através dos impostos. Em relação à demanda, o governo gasta com compras feitas junto à empresa e com os salários de seus funcionários. Os gastos do governo serão chamados de G.

O produto ou renda (R) dessa economia é distribuído sob a forma de salários aos trabalhadores (S), lucros aos empresários (L), impostos ao governo (T) e importações ao setor externo (M). A renda (R) é calculada através da seguinte equação:

$$R = S + L + T + M$$

Onde: R = renda;

S = salários;

L = lucros;

T = impostos;

M = importações.

A demanda (D) dessa economia é formada pelo consumo dos trabalhadores (CS), pelo consumo dos empresários (CL), pela parte da renda dos empresários que não foi consumida (poupança) e foi destinada a aumentar o tama-



no e capacidade produtiva das empresas através de investimentos (I), pelos gastos do governo (G) e pelas exportações (X).

A parcela da renda do empresário que não é utilizada para investimento, a poupança dos empresários, é denominada vazamento do sistema econômico.

A demanda (D) é calculada através da seguinte equação:

$$D = CS + CL + I + G + X$$

Onde: D = Demanda;
CS = Consumo dos trabalhadores;
CL = Consumo dos empresários;
I = investimento;
G = gastos do governo;
X = exportações.

Aplicando o Princípio da Demanda Efetiva, onde o nível de produto ou a renda (R) é determinado pela demanda (D), e fazendo algumas manipulações obtemos a igualdade fundamental da macroeconomia:

$$P = I + (G - T) + (X - M)$$

Onde: P = Poupança;
I = investimento;
G = gastos do governo;
T = impostos;
X = exportações;
M = importações.

A relação entre os gastos do governo (G) e o que ele arrecada com imposto (T) é o orçamento do governo (G - T).

- Quando os gastos públicos (G) são maiores do que as receitas com os impostos (T), o governo está com um déficit ($G - T > 0$), ou seja, o governo gasta mais do que arrecada.
- Quando os gastos públicos (G) são menores do que as receitas com os impostos (T), o governo está com um superávit, ou seja, arrecada mais do que gasta ($G - T < 0$).
- Quando os gastos públicos (G) são iguais às receitas com os impostos (T),



o orçamento do governo está em equilíbrio ($G - T = 0$), ou seja, o governo gasta o mesmo que arrecada.

- A relação entre exportação (X) e importação (M) é o saldo da balança comercial ($X - M$).
- Quando as exportações (X) são maiores do que as importações (M), a balança comercial está com superávit ($X - M > 0$). Isso significa que o país exportou mais do que importou, ou seja, vendeu a outros países mais do que comprou de outros países.
- Quando as exportações (X) são menores do que as importações (M), a balança comercial está com déficit ($X - M < 0$). Significa que o país importou mais do que exportou, ou seja, comprou de outros países mais do que vendeu a outros países.
- Quando as exportações (X) são iguais às importações (M), a balança comercial está equilibrada ($X - M = 0$). Significa que o país comprou de outros países e vendeu a outros países a mesma quantidade.

O superávit da balança comercial e o déficit do governo interferem no destino da poupança. Em muitos casos, a poupança é usada para financiar o setor público e pagar credores externos ao invés de se destinar aos investimentos.

4.4.1 Exemplo

Vamos imaginar um país onde os investimentos são de R\$ 10 bilhões, os gastos do governo são de R\$ 20 bilhões, a arrecadação com impostos de R\$ 15 bilhões, as exportações de R\$ 30 bilhões e as importações de R\$ 22 bilhões.

$$P = I + (G - T) + (X - M)$$

$$P = 10 + (20-15) + (30 - 22)$$

$$P = 10 + 5 + 8$$

$$P = \text{R\$ } 23 \text{ bilhões}$$

A poupança será de R\$ 23 bilhões.

Esses resultados mostram um déficit no orçamento do governo ($G - T$) de R\$ 5 bilhões e um superávit na balança comercial ($X - M$) de R\$ 8 bilhões. Dessa forma, os investimentos tiveram que ser menores para restabelecer o equilíbrio macroeconômico e financiar o setor público e a balança comercial.





Resumo

O consumo do sistema econômico é a soma das despesas de consumo realizadas por todas as pessoas. A poupança do sistema econômico é a soma das poupanças dessas pessoas. A poupança da economia é igual ao investimento, que é formado pela variação nos estoques e pelos gastos dos empresários para aumentar a capacidade produtiva da economia. Entretanto, nem toda a renda gerada durante o processo de produção retorna ao mercado sob a forma de demanda (poupança), ocorrendo os chamados vazamentos.

Os sistemas econômicos são influenciados pelo setor externo, através das exportações e das importações (balança comercial), e pelo governo através do orçamento do governo (gastos do governo e impostos).

Atividades de aprendizagem



1. Complete as lacunas:

a) A _____ é dividida em _____, formado pelos gastos com os bens e serviços que as pessoas realizam para sua sobrevivência, e _____, formada pela parcela que não é gasta.

b) O orçamento do governo depende dos _____ e dos _____.

c) A balança comercial depende das _____ e _____.

2. Não é exemplo de investimento:

a) () Aquisição de máquinas e equipamentos, aumentando a capacidade produtiva.

b) () Formação ou acúmulo de estoques.

c) () Troca de máquinas e equipamentos, sem aumentar a capacidade produtiva.

d) () Compra de unidades industriais.

3. Vamos imaginar que no ano 2000 o Brasil exportou R\$ 40 bilhões e importou R\$ 30 bilhões. Calcule e explique o saldo da balança comercial.





Caro (a) estudante

Na aula 5 estudaremos a evolução da moeda e o funcionamento do sistema financeiro. Esse sistema financeiro é responsável pela intermediação da moeda entre os agentes econômicos.

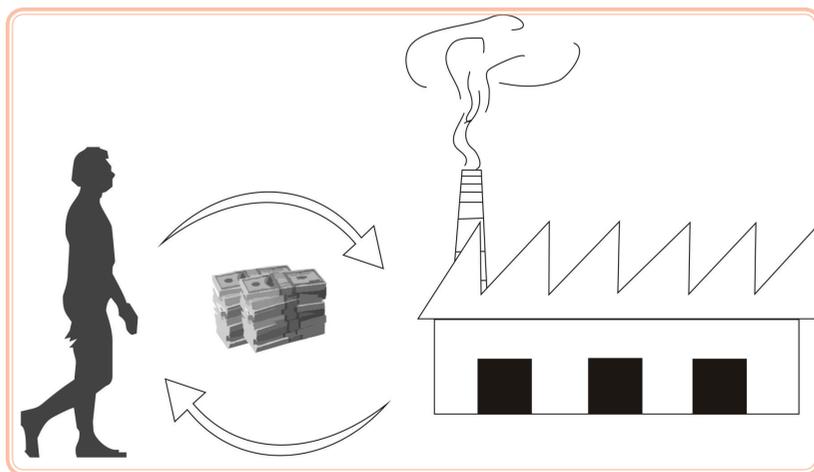
Vamos continuar nossos estudos? Lembre-se de sempre revisar o conteúdo anterior antes de passar para a próxima aula. Você é o maior responsável pelo seu sucesso!



Aula 5 - Teoria Monetária e Sistema Financeiro

Objetivos:

1. Descrever a evolução histórica da moeda;
2. Listar as funções da moeda;
3. Reconhecer os motivos da retenção de moeda;
4. Relacionar oferta e demanda de moeda;
5. Definir e explicar o funcionamento do sistema financeiro;



Nessa aula vamos estudar a moeda e suas funções, o sistema financeiro e o crédito. Afinal, é impossível imaginarmos a sociedade que vivemos hoje sem as moedas e as instituições financeiras. Você consegue imaginar a nossa sociedade atual sem a organização que o sistema financeiro e o uso da moeda nos possibilita? Pense nisso.



5.1 Origens da moeda

Segundo Silva e Luiz (2001), a moeda surgiu na antiguidade para solucionar problemas relacionados às trocas no sistema econômico. Nesse período, os bens produzidos em quantidades maiores do que as suas necessidades eram utilizados em trocas por outros bens ou para o pagamento de dívidas. Esse sistema de trocas ficou conhecido como escambo. Por exemplo, o agricultor que produzia arroz trocava o arroz que ele tinha produzido em excesso com o agricultor que produzia trigo. Esse sistema apresentava um grave inconveniente, pois nem sempre quem possuía um bem encontrava aqueles que desejassem seu produto para realizar a troca.



Quando a produção excedente passou a ser vendida no mercado surgiu a necessidade de utilização de “moeda”. Os mais estranhos objetos e até mesmo animais eram utilizados como moeda (sal, bambu, fios de seda, couros, gado, fumo, cobre, prata, ouro, bebidas, peixe seco, peles, arroz, entre outras).

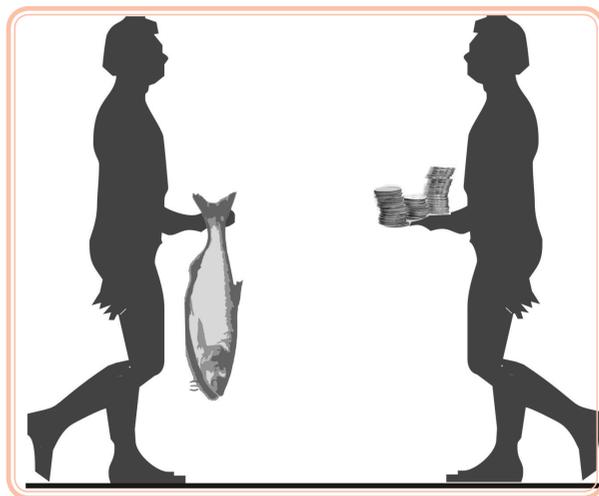
A moeda resolveu, em parte, os problemas das trocas diretas ou em espécies. Entretanto, surgiram problemas com as mercadorias que serviam de moeda. Esses problemas eram principalmente a divisibilidade (alguns tipos de moeda eram difíceis de dividir. Como dividir um gado?), a estocagem (era necessário armazenar esses produtos) e perecibilidade (alguns desses produtos, como bebidas e arroz, eram perecíveis.).

A utilização da moeda proporcionou a dissociação do ato de vender do ato de comprar, ou seja, era possível vender algo sem necessariamente comprar um outro produto. Resolveu-se com isso o problema citado anteriormente de



encontrar alguém que quisesse trocar os produtos que você tinha pelo que ela tinha. Passou a ser necessário apenas encontrar alguém que quisesse comprar os seus produtos e depois com a “moeda” em mãos essa pessoa comprava os produtos que precisava. Essa é a situação que vivemos atualmente.

À medida que a civilização se desenvolveu, os metais preciosos (ouro e prata) se tornaram o meio de troca mais comum. Isso ocorreu devido à facilidade de reconhecimento, ao baixo peso, à possibilidade de divisão e à oferta limitada (escassos). A utilização de metais resolveu os problemas da perecibilidade e da divisibilidade que os outros objetos tinham.



As moedas metálicas com o formato que conhecemos hoje começaram a ser utilizadas nessa época. Essas moedas eram cunhadas em metal precioso e traziam impresso o seu peso. Atualmente, as moedas são cunhadas em metal não precioso, trazendo impresso o seu valor.

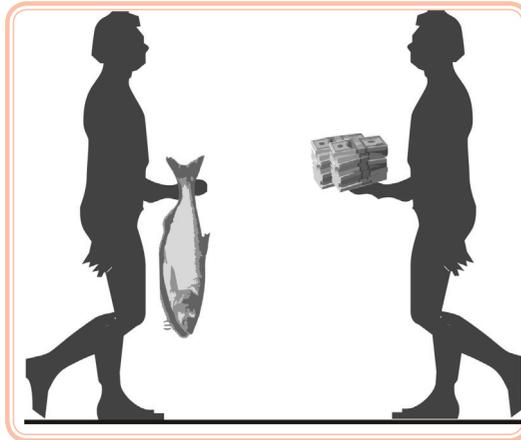
A utilização de metais preciosos tinha dois inconvenientes: o custo de transporte e o risco de assaltos. Devido a esses problemas, as pessoas passaram a deixar o seu ouro aos cuidados de ourives. Os ourives emitiam recibos para as pessoas como garantia. Esses recibos passaram progressivamente a ser usados como moeda, sem que os depósitos que funcionavam como garantia fossem tocados. Dessa forma, surgiu o papel-moeda ou moeda fiduciária, cuja característica era ser integralmente lastreada em metal precioso. Esse sistema era conhecido como **padrão-ouro**. O banqueiro precisava manter em caixa um volume suficiente de moeda metálica para atender a possíveis retiradas, mediante a apresentação dos recibos.

A-Z

Padrão-ouro

Sistema monetário em que o papel-moeda emitido pelas autoridades monetárias tem uma relação com a quantidade de ouro que o país possui. Atualmente, não é mais seguido.





Atualmente o papel-moeda e o dinheiro em forma de moeda são emitidos pelos bancos centrais de cada país. Os países não emitem moeda baseado na quantidade de ouro que possuem, mas na quantidade suficiente para o funcionamento do sistema econômico.

O valor da moeda está na confiança que cada indivíduo tem de que ela será aceita como meio de pagamento. Junto com o papel-moeda nasceu a atividade bancária. A emissão de certificados em valores superiores à quantidade de ouro acumulada permitia que seus emissores realizassem operações lucrativas, como aquisição de títulos e ações ou a concessão de empréstimos que rendiam juros.

Outra evolução foi o surgimento da moeda bancária ou moeda escritural criada pelo sistema bancário. Essa moeda é transmitida por cheque, ordens eletrônicas de pagamento, etc. Com o cheque, não é necessário ir aos bancos para retirar dinheiro e efetuar seus pagamentos. As desvantagens do uso de cheques são a possibilidade de fraudes (falsificação) e a sua não aceitação no exterior.





Conforme Souza (2007), os cartões de crédito e débito surgiram nos Estados Unidos na década de 50. Com seu uso, no momento da compra, o usuário pode efetuar pagamentos sem o uso de papel-moeda.

A utilização da internet, os terminais de transferência eletrônica de fundos instalados em pontos comerciais (caixas eletrônicos) e a **transferência eletrônica disponível (TED)** são também formas eletrônicas de pagamento (SOUZA, 2007). Essas novas possibilidades fizeram com que o cartão deixasse de ser meramente uma forma de obter dinheiro para se tomar seu substituto.

A moeda desenvolveu as transações econômicas por sua aceitação generalizada. Entretanto, a moeda é um produto como qualquer outro. As moedas mais procuradas apresentam maior valor, ocorrendo o inverso com as moedas menos confiáveis e menos procuradas.

A-Z

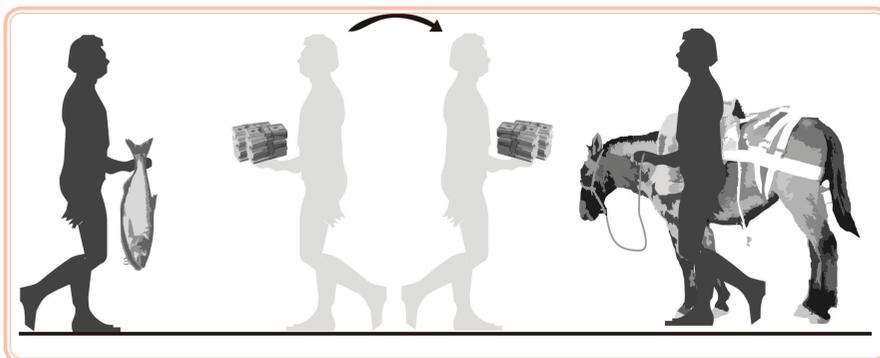
Transferência Eletrônica Disponível (TED)

Foi criada no Brasil em 2002. Através da TED, é possível transferir eletronicamente entre bancos valores iguais ou superiores a R\$ 5.000. Essas transferências são rápidas, econômicas e seguras.

5.2 Funções da Moeda

Silva e Luiz (2001) e Souza (2007) concordam que as principais funções da moeda são:

- Intermediação de troca é a função principal da moeda. O dinheiro é um meio de troca aceito para a realização de transações e pagamento de dívidas e que evita a troca direta em espécie. Como intermediária das trocas, a moeda reduz o tempo e facilita as transações.



- Unidade de conta serve para calcular quanto valem bens e serviços e para comparar o valor de mercadorias. Além disso, a moeda resolve o problema de pessoas e empresas ao registrarem suas operações e transações em uma medida comum a todos os bens e serviços. Funciona como uma





referência única. Muitas vezes isso é importante, pois os produtos são medidos em unidades diferentes, por exemplo, o minério em toneladas e a energia elétrica em quilowatts.



- Reserva de valor, famílias e empresas podem manter parte do seu patrimônio em forma de dinheiro. Isso ocorre porque o dinheiro pode ser trocado facilmente por bens, a qualquer momento. Se a economia estiver em processo inflacionário, o valor do dinheiro se deteriora, fazendo com que esta função não se cumpra.

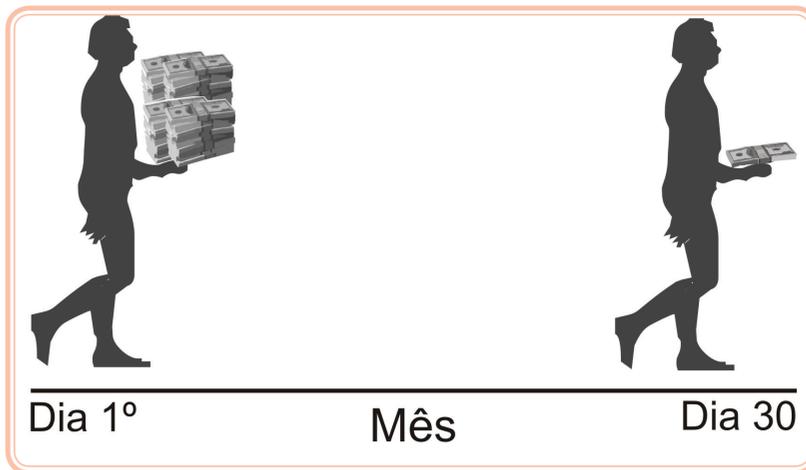


- Padrão para pagamentos diferidos, ou seja, pagamentos que se realizarão no futuro. Por exemplo, os salários acertados entre patrões e empregados são pagos após a execução dos serviços e quase sempre antes de os produ-





tos serem vendidos. Desse modo, a moeda facilita o crédito e a distribuição dos pagamentos no tempo, beneficiando os devedores e credores. Ela viabiliza gastos nem sempre sincronizados com as rendas recebidas.



5.3 Por que as pessoas e empresas demandam e retêm moeda?

As pessoas e empresas demandam moeda em excesso em relação às transações do período. Isso acontece porque elas precisam da moeda pelos seguintes motivos (SILVA e LUIZ, 2001; VASCONCELLOS, 2002):

- Demanda de moeda para transações: como os recebimentos e pagamentos não acontecem ao mesmo tempo, as pessoas precisam reter moeda para pagar suas despesas. Incluem despesas do período como alimentação, matérias-primas, aluguéis, luz, água, etc. Por exemplo, um trabalhador recebe seu salário no dia 5 de cada mês e até o recebimento do próximo salário ele utiliza o salário recebido para se alimentar, pagar transporte, aluguel e suas outras despesas.
- Demanda de moeda por precaução: refere-se àquela parte da renda das pessoas retida para atender a despesas inesperadas do período e para a “realização de compras vantajosas”.
- Demanda de moeda para especulação: ocorre quando uma parcela da renda das pessoas é colocada em aplicações financeiras novas, de curtíssimo prazo, em função da expectativa de ganhos extraordinários.



5.4 Demanda de Moeda

A demanda de moeda é influenciada pela taxa de juros. Quem define as taxas de juros são as autoridades monetárias. No caso do Brasil, é definido pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central).

Taxa de juros é o preço da moeda, ou seja, o preço do dinheiro no mercado financeiro (SILVA e LUIZ, 2001).

Souza (2007) afirma que quanto maior a taxa de juros, menor é a quantidade de moeda demandada e retida para especulação e vice-versa, ou seja, existe uma relação inversa entre a taxa de juros do mercado e a demanda especulativa por moeda.

Assim, autores como Silva e Luiz (2001) e Souza (2007) concordam ao expor que a demanda por moeda tem um componente influenciado pela taxa de juros (demanda especulativa) e um componente que não depende de juros (demanda para transações e por precaução). Essa parcela que não depende da taxa de juros depende renda.

5.5 Exemplo

Vamos supor que um investidor está analisando a possibilidade de comprar títulos. Imagine que ele dispõe de duas opções:

- Na opção 1, o preço do título é de \$200,00 e este título será resgatado depois de 1 ano por \$250,00.
- Na opção 2, o preço do título é também de \$200,00, mas ele será resgatado depois de 1 ano por \$300,00.

Nesse caso parece óbvio que a opção 2 é a melhor alternativa, mas por que isso acontece?

Para entender, vamos calcular a taxa de juros de cada uma das opções.

- Taxa de juros da opção 1:
- Taxa de juros de opção 2:

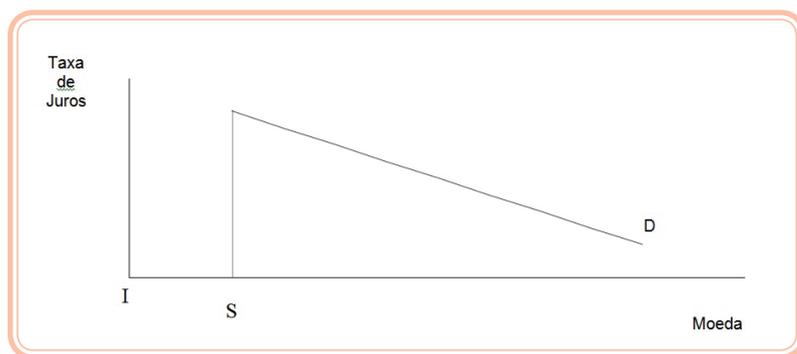
A melhor opção para o investidor é a que apresenta a maior taxa de juros (Op-



ção 2).

No mercado financeiro, onde se encontra a oferta e a demanda por dinheiro, o dinheiro se transforma em mercadoria, cujo preço é a taxa de juros.

Esse gráfico mostra a relação entre a demanda por moeda (eixo horizontal) e a taxa de juros (eixo vertical). O segmento IS, no eixo horizontal, é a soma da demanda de transação e da demanda por precaução, que não depende da taxa de juros. A partir do ponto S, a demanda é influenciada pela taxa de juros, correspondendo à demanda especulativa.



Fonte: Silva e Luiz, 2001.

Podemos entender que a demanda de moeda para transações e por precaução não dependem da taxa de juros e sim da renda. Já a demanda especulativa depende da taxa de juros.

5.6 Oferta de Moeda

As autoridades monetárias decidem a quantidade de moeda que será emitida pelo governo em um determinado período. Essas autoridades emitem uma quantidade de moeda suficiente para garantir o funcionamento do sistema econômico.

Segundo Silva e Luiz (2001), a oferta de moeda não depende da taxa de juros, mas da política econômica do governo, que determina a quantidade de moeda emitida por período de tempo.

Se a autoridade monetária é quem emite moeda, por que não emitir dinheiro para tornar a sociedade mais rica? A resposta está no equilíbrio que deve haver entre emissão de moeda e produto da economia. A quantidade de moeda emitida depende do produto da economia. Se a quantidade de





A-Z

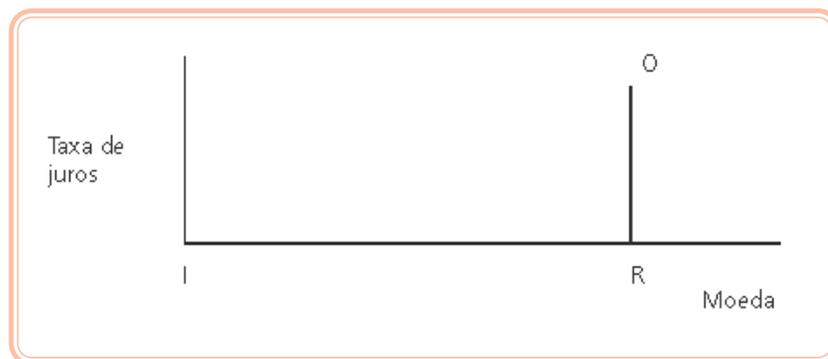
Liquidez

É a relação entre a quantidade de moeda em circulação e a quantidade de bens e serviços produzidos, num período de tempo.

moeda emitida for superior ao crescimento do produto ocorrerá excesso de **liquidez** e podemos ter inflação. Em outras palavras, quando se tem muita moeda disponível, a moeda assim como os demais produtos se desvaloriza ocasionando aumento dos preços.

No sentido contrário, se a quantidade de moeda emitida for inferior ao crescimento do produto ocorrerá falta de liquidez, podendo ocasionar crise econômica, dificuldade de realizar as transações e queda no produto.

O gráfico abaixo mostra a oferta de moeda. No eixo horizontal é representada a moeda e no eixo vertical a taxa de juros. O seguimento IR representa a quantidade de moeda emitida pelo governo, ou seja, a oferta de moeda. O fato da reta O ser paralela ao eixo vertical (taxa de juros) mostra que a oferta não é influenciada pela taxa de juros.



Fonte: Silva e Luiz, 2001.

5.7 Taxa de juros de equilíbrio

De acordo com Silva e Luiz (2001), a taxa de juros de equilíbrio é resultado da oferta e da demanda de moeda, ou seja, a taxa de juros de equilíbrio é determinada no **mercado monetário**, onde a oferta de moeda se iguala à sua demanda. Todas as transações financeiras da economia são realizadas com base nessa taxa.

A moeda, como os demais produtos, se acontecer uma grande procura (demanda de moeda), ela se tornará mais cara (aumento da taxa de juros). Por outro lado, se a procura diminuir, ela se tornará mais barata (redução da taxa de juros).

A taxa de juros é o preço da moeda, ou seja, é o preço que pagamos para ter a moeda disponível. Ao pegar um empréstimo no banco, pagamos um preço para ter esse empréstimo. Esse preço é a taxa de juros.

A-Z

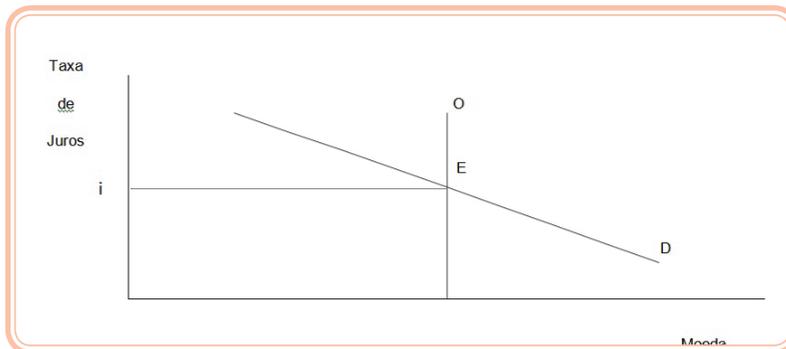
Mercado Monetário

É onde se encontram a oferta e a demanda por moeda e se determina a taxa de juros de equilíbrio.





O gráfico abaixo mostra a oferta e a demanda de moeda. A demanda de moeda é representada pela letra D e a oferta pela letra O. O ponto E é o ponto onde a oferta e a demanda de moeda são iguais. Esse ponto corresponde a uma taxa de juros i (projetada no eixo vertical). Essa é a taxa de juros de equilíbrio.



Fonte: Silva e Luiz, 2001.

Podem ocorrer variações nas taxas de juros ao longo do tempo. Isso pode ocorrer devido a variações na demanda ou na oferta de moeda (SILVA e LUIZ, 2001). As variações na demanda podem acontecer devido a variações na taxa de juros ou na renda das pessoas ou empresas. Já as variações na oferta são definidas pelo governo.

5.8 Sistema financeiro

As economias necessitam de um sistema que organize e facilite a circulação da moeda pelo sistema econômico. Esse papel é desempenhado pelo sistema financeiro, responsável pela intermediação da moeda entre os agentes econômicos.

Mankiw (2009) afirma que o sistema financeiro é composto por instituições que promovem o encontro das pessoas que poupam com aquelas que investem.

O sistema financeiro é formado pelos bancos comerciais, pelos bancos de investimento, pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento e pelas bolsas de valores (SILVA e LUIZ, 2001).



A-Z

Agentes superavitários

São os agentes (pessoas, empresas, países, etc) que não gastam toda a sua renda.

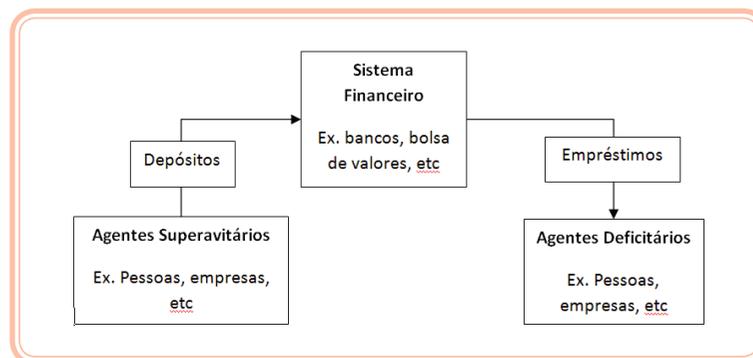
Agentes deficitários

São os agentes que gastam uma quantia maior do que sua renda.

O sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições privadas (por exemplo, Banco Itaú e Banco Santander) e públicas (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES-, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) que transferem recursos dos **agentes superavitários** para os **agentes deficitários**.

O sistema financeiro realiza esse processo de intermediação financeira entre agentes superavitários e agentes deficitários. Em outras palavras, as pessoas, empresas e até países que não gastam tudo o que recebem emprestam, através do sistema financeiro, para os que gastam mais do que recebem.

A figura abaixo ilustra o fluxo dos agentes superavitários para os agentes deficitários.



Mas por que os agentes superavitários (pessoas, empresas, etc) se interessam em transferir recursos para os agentes deficitários? Em outras palavras, por que é interessante para os agentes (pessoas, empresas) transferir os recursos que não foram gastos para outros agentes?





Os agentes superavitários (quem empresta) transferem recursos para os agentes deficitários porque recebem para isso. A remuneração dessa transferência é denominada taxa de juros. Os juros constituem a sua remuneração. Essa remuneração é feita pelo sistema financeiro, que dessa maneira consegue atrair e captar recursos. De posse dos recursos, o sistema financeiro empresta esses recursos para os agentes deficitários (quem pega emprestado) e cobra juros e comissões por esse serviço.

A remuneração do sistema financeiro é denominada spread bancário. O termo spread vem do inglês e pode ser traduzido como margem adicional. Spread bancário é a diferença entre a taxa de juros paga aos poupadores (agentes superavitários) e a taxa de juros cobrada dos tomadores de empréstimo (agentes deficitários).

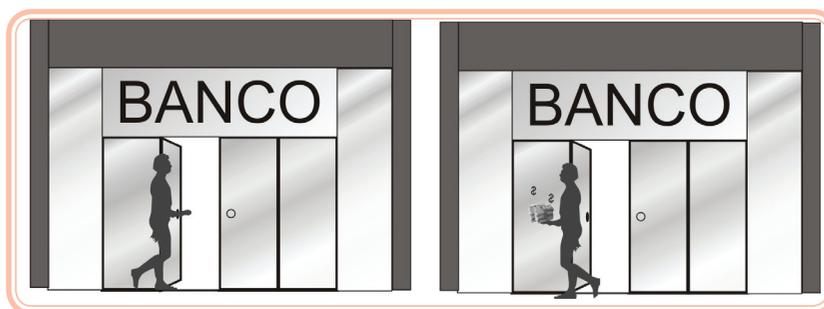
Por exemplo, imagine que João (agente superavitário) depositou o dinheiro que sobrou do seu salário na caderneta de poupança e recebe por isso 0,8% ao mês. Já Maria precisou pedir um empréstimo ao banco, que cobrou 3% ao mês para lhe emprestar o dinheiro. O spread bancário, nesse exemplo simples, seria de 2,2% (3% - 0,8%).

5.9 Crédito

O sistema econômico é influenciado pela quantidade de crédito disponível, pois o aumento de crédito leva ao aumento da atividade econômica. Exemplo disso é a possibilidade que temos, hoje no Brasil, de comprar um automóvel e dividir o pagamento em mais de 80 meses. Esse aumento do crédito levou ao aumento das vendas.

Silva e Luiz (2001) definem crédito como a troca de um bem, ou a concessão de uma quantia de moeda, pela promessa de pagamento futuro.

No caso do sistema financeiro, o que ocorre é a troca de dinheiro (pelo **creditor**) pela promessa de pagamento futuro do **devedor**.



A-Z

Creditor

É o agente (pessoa, empresa, etc) que empresta a quantia em moeda, mediante promessa de recebimento futuro.

Devedor

É o agente (pessoa, empresa, etc) que deve pagar o empréstimo.



Quando o devedor recebe diretamente o bem sem que circule dinheiro, essa modalidade de crédito é chamada financiamento. Já no caso do empréstimo (outra modalidade de crédito) o devedor recebe o dinheiro e pode dispor do bem a qualquer momento.

Resumo

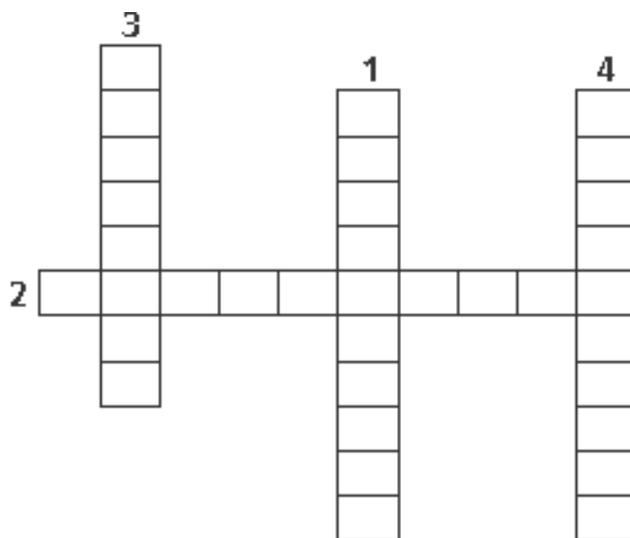
A moeda em suas diversas formas e dentro de cada período foi e é fundamental para o funcionamento do sistema econômico. Da forma como vivemos hoje, é impossível imaginar o sistema de trocas que era feito na antiguidade (escambo).

O governo de cada país define através das autoridades monetárias a oferta de moeda. A demanda de moeda é influenciada pela taxa de juros e pela renda das pessoas. No mercado monetário, a oferta e a demanda de moeda se encontram e é definida a taxa de juros de equilíbrio.



Atividades de aprendizagem

1. Complete a cruzadinha com termos relacionados à moeda:
 1. Tipo de moeda criada pelo sistema bancário e transmitida através de cheques e ordens eletrônicas de pagamento.
 2. É um tipo de moeda também chamada de papel-moeda. Atualmente, é a moeda emitida pelos bancos centrais de cada país.
 3. Tipo de moeda que, atualmente, não é mais cunhada em metal precioso. Traz impresso o seu valor.
 4. Sistema monetário em que o papel-moeda emitido pelas autoridades monetárias tem uma relação com a quantidade de ouro que o país possui. Não é utilizado atualmente.



2. Quais são os principais motivos que levam as pessoas e as empresas a demandar e reter moeda?

3. São funções desempenhadas pela moeda:

- a) Meio de troca.
- b) Resolver o problema da escassez.
- c) Unidade de conta.
- d) Padrão para pagamentos diferidos.
- e) Definir quais produtos e a quantidade que será produzida.

4. Um empresário está analisando duas alternativas de investimento. Ele escolherá a alternativa que lhe der maior lucro, ou seja, a que apresentar a maior taxa de juros.

- Alternativa 1 → será aplicado R\$ 1000,00 e ao final de um ano será retirado R\$ 1100,00.
- Alternativa 2 → será aplicado R\$ 1500,00 e ao final de um ano será retirado R\$ 1600,00

Qual é a melhor alternativa?



Caro (a) estudante

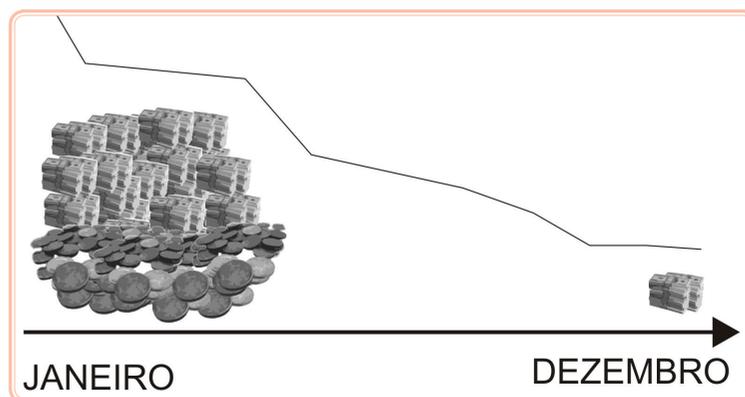
Na próxima aula vamos estudar a inflação. Índices elevados de inflação trazem consequências à distribuição de renda, balança comercial, entre outras que você terá oportunidade de conhecer no conteúdo a seguir.



Aula 6 - Inflação

Objetivos:

1. Conceituar inflação;
2. Relacionar inflação e emissão de moeda;
3. Listar as consequências da inflação;
4. Descrever a evolução da inflação no Brasil.



Nessa aula discutiremos o conceito de inflação e seus principais efeitos na economia. Preste atenção na sua caminhada, você pode retornar nas informações das Aulas anteriores sempre que uma dúvida lhe vier à mente. É super importante a revisão dos conceitos. Boa sorte e bons estudos.

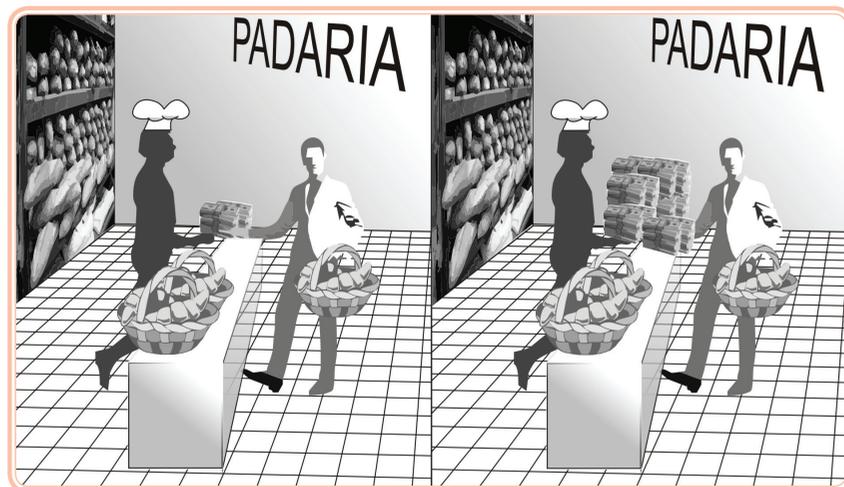
6.1 O que é Inflação?

Vasconcellos e Garcia (2004) definem inflação como um processo onde ocorre um aumento persistente e generalizado dos preços dos bens e serviços, ou seja, a inflação ocorre quando acontece aumento contínuo de preços. Esses aumentos de preços não podem ser confundidos com variações de



preços de alguns produtos (por exemplo, a variação de preços de produtos agrícolas nos períodos de safra e entressafra), que são comuns na economia. A inflação é caracterizada pelo aumento de preço de todos os bens produzidos pela economia.

A inflação tem diversos pontos negativos. Um dos principais pontos negativos é a contínua perda do poder aquisitivo da moeda. Um trabalhador recebe um salário de R\$ 1.000,00 no início do mês. Com esse salário ele consegue pagar o aluguel, a alimentação, o transporte e suas demais despesas. Agora vamos imaginar que no próximo mês aquele mesmo salário não consiga pagar as suas despesas. O trabalhador continua recebendo o mesmo salário, o que ocorreu foi a perda do poder aquisitivo da moeda, ou seja, o trabalhador com a mesma quantidade de moeda (no caso, R\$ 1.000,00) não consegue mais adquirir todos os bens que adquiriu no mês anterior.



Segundo Souza (2007), a inflação é medida pela variação dos índices de preços. Estes permitem calcular a média da variação relativa dos preços de um conjunto de bens e serviços em uma sequência de períodos de tempo. A taxa de inflação é a variação percentual no nível geral de preços medido, geralmente, ao longo de um mês.

Atualmente, o governo do país é o único que pode emitir moeda. Muitas vezes essa emissão é feita para estimular a atividade econômica em períodos de recessão. Entretanto, a emissão de moeda provoca perda de seu valor. A persistência em continuar emitindo moeda provoca o processo inflacionário.





6.2 Então, por que o governo emite moeda?

O governo emite moeda mesmo sabendo que a sua emissão, em descompasso com o tamanho do produto da economia, causa inflação.

A emissão de moeda, no entanto, se faz necessária porque precisamos da moeda para realizar as trocas na economia. Imagine como seria difícil a nossa vida de hoje se não tivéssemos moeda. Você teria que trocar o que produz com outro produtor. Não seria fácil encontrar alguém disposto a trocar o arroz que você precisa pelo feijão que você produz e, além disso, trocar nas quantidades que você precisar. A emissão de moeda só causa inflação se a oferta de moeda crescer mais depressa que a procura.

6.3 Quais são as consequências da inflação?

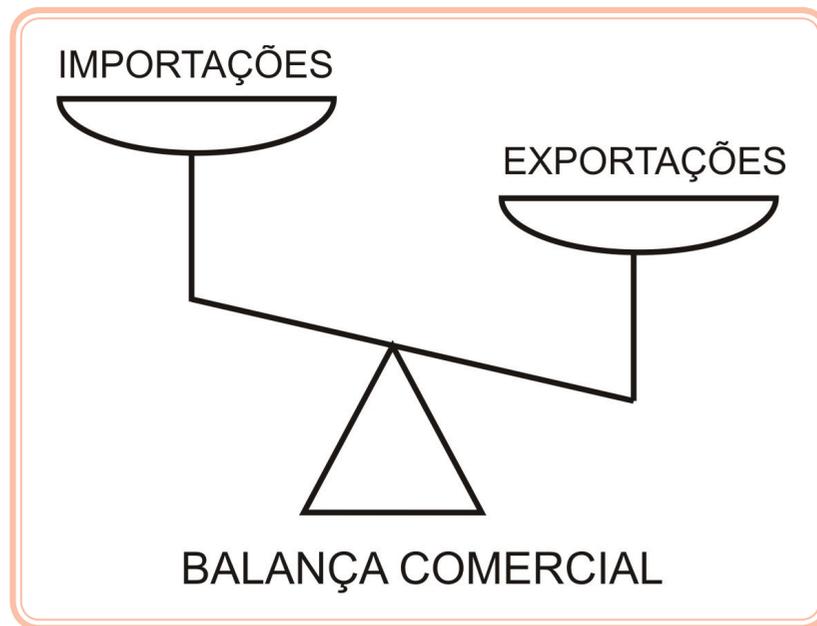
As consequências da inflação dependem de quais são os índices de inflação, ou seja, as consequências em uma economia que enfrenta uma inflação de 5% ao ano são diferentes de uma que enfrenta uma inflação de 100% ao ano.

A inflação traz algumas consequências graves. Segundo Silva e Luiz (2001), essas incluem:

- Sobre a distribuição de renda: os trabalhadores que recebem rendimentos fixos são os mais prejudicados, pois têm sua participação na renda reduzida. Os proprietários, empresários, profissionais liberais e até o governo têm condições de repassar os aumentos causados pela inflação para o consumidor final através do aumento de preços.
- Sobre a balança comercial: com a inflação, os preços dos bens e serviços tendem a ficar mais caros que os importados, fazendo com que as pessoas aumentem suas compras de mercadorias importadas. A alta taxa desses produtos, através dos impostos, é uma forma do governo evitar esse desequilíbrio. A inflação alta desestimula as exportações, pois com o aumento de preços os produtos se tornam caros e, por isso, menos competitivos internacionalmente. A inflação então estimula as importações e desestimula as exportações tornando a balança comercial desfavorável.
- Sobre as expectativas: incerteza dos empresários a respeito das taxas de lucro futuras faz com que diminuam os investimentos, reduzindo a capacidade produtiva do sistema econômico.



- Sobre a arrecadação do governo: a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo devido à defasagem existente entre o momento que ocorre o fato gerador (fato que leva à incidência de imposto) e o momento do recolhimento efetivo do imposto. Quanto maior a inflação, menor a arrecadação real do governo.



6.4 A inflação no Brasil

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2004), a inflação não é recente no Brasil. Na década de 50 já representava um grave problema. Entre os anos de 1968 e 1973, a inflação se reduziu devido às altas taxas de crescimento da economia brasileira.

Depois de 1973, a economia brasileira passou a apresentar taxas de inflação crescente. Nesse período, Silva e Luiz (2001) afirmam que foram implantados vários planos econômicos (Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor). Esses planos eram baseados em congelamento de preços e salários, bloqueio de dinheiro nos bancos, etc.

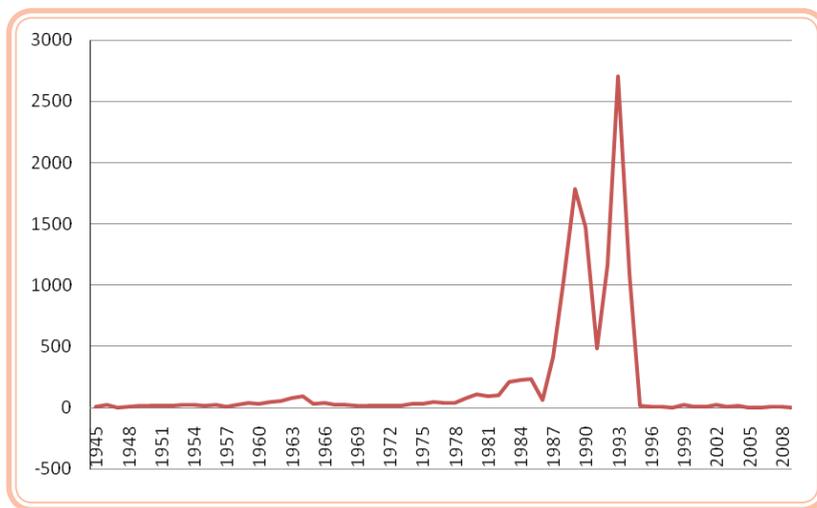
Em 1994, foi implantado o Plano Real e lançada uma nova moeda que possuía o mesmo nome do plano, o Real (R\$). Esse plano reconheceu que as causas da inflação brasileira estavam no desequilíbrio do setor público e nos mecanismos de indexação e procurou equilibrar o orçamento público, desin-





deixar a economia através da mudança de moeda e modernizar a economia, principalmente o setor público.

O gráfico abaixo mostra a evolução da inflação no Brasil (IGP-DI) em porcentagem entre os anos de 1945 e 2009.



Fonte: <http://ipeadata.gov.br>

É interessante inserir os autores consultados no corpo do texto, assim como já foi feito em algumas partes desse material. Esses autores dão credibilidade e incentivam o aluno a buscar na fonte o complemento para seus estudos.

Resumo

A inflação afeta todos os setores da sociedade (empresas, trabalhadores, governo, etc). Entretanto, essa inflação afeta mais quem recebe rendimentos fixos (geralmente trabalhadores assalariados e pequenos produtores rurais), pois esses não conseguem se resguardar dos seus efeitos.

A inflação pode ser causada pela emissão de moeda pelo governo se a oferta de moeda crescer mais do que o produto da economia. Muita moeda disponível no mercado leva à desvalorização dessa moeda.

Atividades de aprendizagem

1. Reescreva as frases, completando as lacunas:

- a) A inflação tem consequências sobre a _____.
Os _____ são os mais prejudicados, pois seus salários não são reajustados periodicamente.





b) A inflação favorece as _____ e desestimula as _____ fazendo com que a balança comercial fique desfavorável.

2. Um trabalhador recebia um salário de R\$ 1.200,00 no ano de 2008. No ano de 2009, recebeu uma proposta de aumentar seu salário em R\$ 160,80, passando então a receber R\$ 1.360,80. Nesse mesmo período, a taxa de inflação foi de 5% ao ano. Qual foi o aumento real no salário?

Caro (a) estudante

Você finalizou mais uma etapa do curso que está realizando. Agora já conhece o conceito de inflação, a evolução da mesma em nosso país, bem como suas consequências. Mas para continuar se preparando para a função que pretende desempenhar é preciso continuar agregando mais conhecimentos aos que você já possui. Na próxima aula vamos estudar a Teoria das Vantagens Comparativas, o Balanço de Pagamentos e a Taxa de Câmbio na Economia Internacional. Continue estudando sempre.

Aula 7 - Economia Internacional

Objetivos:

1. Entender as relações comerciais entre países;
2. Descrever e exemplificar a teoria das vantagens comparativas;
3. Definir e calcular o balanço de pagamentos;
4. Definir, diferenciar e determinar as taxas de câmbio.



Nessa aula estudaremos as relações comerciais entre as nações, os motivos dessas relações e como é controlado o fluxo de pagamentos e recebimentos realizados entre as nações no comércio internacional. Preparado para mais informações? Permaneça atento para melhor compreender este novo conteúdo.

7.1 Do que trata a Economia Internacional?

Segundo Silva e Luiz (2001), a Economia Internacional estuda as relações comerciais entre as nações. Essas relações são chamadas de comércio internacional. Esse comércio entre as nações não é uma coisa recente. Ele já acontecia desde a antiguidade e, nos dias atuais, ele é ainda mais forte.



Ao iniciarmos o estudo da Economia Internacional, Silva e Luiz (2001) apresentam duas questões principais a serem discutidas: por que os países comercializam entre si? E, como são escolhidos os bens e serviços que farão parte do fluxo de mercadorias do comércio internacional?

A resposta mais óbvia para essas perguntas é que os países não produzem tudo que seus habitantes necessitam. Antigamente, essas necessidades eram muito relacionadas a fatores climáticos (por exemplo, a agricultura nos países tropicais) e a especialização histórica (por exemplo, os temperos na Índia). Atualmente, além desses fatores existe a questão da dependência de tecnologia existente entre países. Essa dependência acontece principalmente nos setores de alta tecnologia (por exemplo, os setores farmacêutico, de informática e eletrônica) devido às barreiras para entrada nesse setor. As barreiras incluem altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em pagamentos de royalties, etc.

Conforme Vasconcellos e Garcia (2004), os economistas clássicos fornecem a explicação teórica básica para o comércio internacional através da Teoria das Vantagens Comparativas.

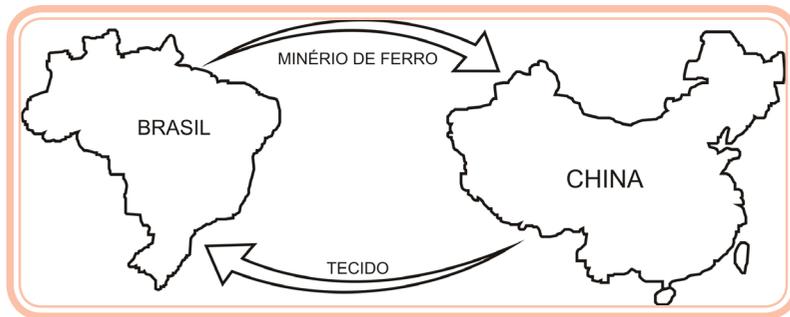
7.2 O que é a Teoria das Vantagens Comparativas?

A Teoria das Vantagens Comparativas sugere que cada país deva se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor), ou seja, deve especializar-se na produção de bens e serviços em que possuem vantagens comparativas (VASCONCELLOS, 2002).

Esta mercadoria em que ele se especializou será a mercadoria exportada e, por outro lado, este país deverá importar aqueles bens cuja produção, em território nacional, implicaria em um custo relativamente maior. Dessa maneira, aumenta-se o nível de bem estar dos países envolvidos no comércio internacional.

Por exemplo, o Brasil se especializaria na produção de minério de ferro e a China na produção de tecidos. O Brasil venderia minério de ferro para China e compraria os tecidos chineses.

Esses países podem apresentar essas vantagens comparativas devido aos recursos produtivos que o país possui, às condições climáticas, aos recursos naturais, à tecnologia, à cultura, etc.



A Teoria das Vantagens Comparativas não deve ser usada para justificar políticas de longo prazo, pois o bem-estar da população dos países que têm vantagens comparativas na produção de produtos agrícolas tende a diminuir.

7.2.1 Exemplo

Vamos imaginar que existem dois países, o Brasil e o Japão, e que em cada um deles são produzidos apenas dois bens: soja e televisores.

No Brasil, se as pessoas resolverem produzir apenas soja, seria possível produzir 2 milhões de toneladas de soja. Como todos os recursos seriam utilizados para produzir soja, nenhum televisor seria produzido. Por outro lado, se o Brasil decidisse produzir apenas televisores, produziria 100.000 televisores.

País \ Produtos	Soja	Televisores
Brasil	2 milhões de toneladas	ou 100 mil televisores
Japão	200 mil toneladas	ou 400 mil televisores

O Brasil tem vantagem na produção de soja, pois produziria 2 milhões de toneladas contra 200.000 toneladas do Japão. Por outro lado, o Japão teria vantagens na produção de televisores, pois poderia produzir 400.000 televisores, enquanto o Brasil apenas 100.000 televisores.

Se Brasil se especializar na produção de soja e o Japão na de televisores, ou seja, o Brasil produzir somente soja e o Japão somente televisores, aumentaria o bem-estar nos dois países. Os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente menor em relação àqueles existentes, para os mesmos bens, nos demais países exportadores.





7.3 Balanço de pagamentos

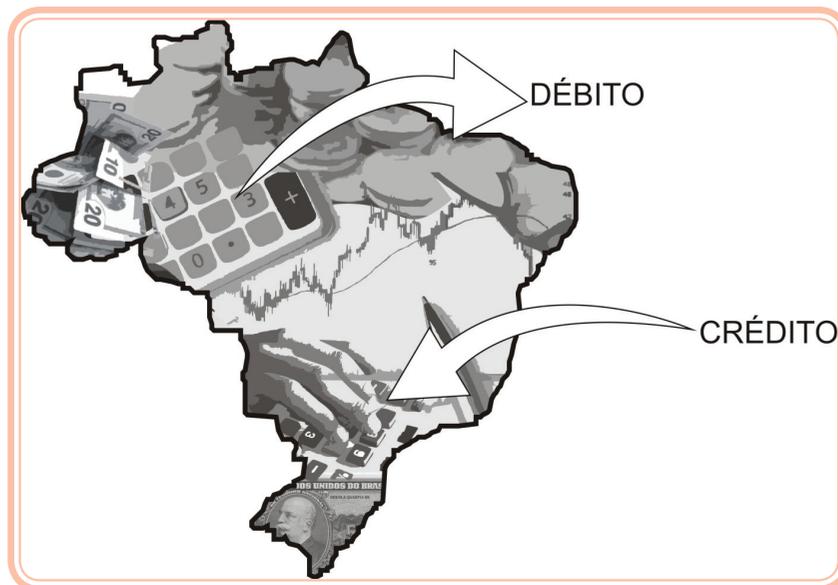
Em consequência do comércio entre os países, surge a necessidade de estabelecer um controle sobre o fluxo de pagamentos e recebimentos realizados nas relações comerciais internacionais. Esse controle é realizado através do balanço de pagamentos.

O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações realizadas entre os residentes do país com os residentes dos demais países num determinado período de tempo (SOUZA, 2007).

Vasconcellos (2002) afirma que são registradas no balanço de pagamentos todas as importações e exportações de mercadorias realizadas pelo país e o pagamento e recebimento de fretes, juros, royalties, patentes, seguros, empréstimos obtidos no exterior, etc.

Todas as transações de um país com o exterior envolvem a compra e a venda de moedas estrangeiras, que chamaremos de divisas. A moeda mais utilizada internacionalmente é o dólar americano. No Brasil, o órgão que faz a troca de moeda é o Banco Central.

O critério de registro utilizado é lançar as saídas de divisas a débito e a entrada de divisas a crédito. O saldo do balanço de pagamentos será igual ao total de crédito menos o total de débito.



7.3.1 Estrutura do balanço de pagamentos

Vasconcellos e Garcia (2004) apresentam a seguinte divisão da estrutura do balanço de pagamentos:

a) Balança comercial (registra importações e exportações)

Débito	Crédito
Importações (compra de divisas = saída de divisas)	Exportações (venda de divisas = entrada de divisas)

b) Balança de serviços (pagamento e recebimento de fretes, seguros, juros e royalties)

Débito	Crédito
Fretes pagos Seguros pagos Juros pagos Royalties pagos	Fretes recebidos Seguros recebidos Juros recebidos Royalties recebidos

c) Transferências unilaterais (transações sem contrapartida)

Débito	Crédito
Donativos enviados	Donativos recebidos

d) Balança de transações correntes (transações realizadas com bens e serviços)

Resultado Líquido de A + B + C



e) Balança de Capitais (transações que envolvem saída e entrada de divisas, mas não significam recebimento e envio de mercadorias ou serviços)

Débito	Crédito
Empréstimos efetuados Investimentos nacionais no exterior Amortização dos empréstimos	Empréstimos recebidos Investimentos estrangeiros no país

7.3.2 Exemplo

Vamos imaginar que o Brasil em um determinado ano tenha exportado US\$ 38 milhões de dólares em mercadorias e importado US\$ 35 milhões de dólares em mercadorias. Nesse mesmo período, o Brasil pagou US\$ 2 milhões de dólares de frete, US\$ 1 milhão de seguros e US\$ 3 milhões de juros. Navios brasileiros receberam US \$ 1 milhão de dólares de frete. Além disso, o país recebeu US\$ 1 milhão de dólares em donativos.

O balanço de pagamentos nesse ano fica de seguinte forma:

a) Balança comercial (registra importações e exportações)

Débito		Crédito	
Importações	35	Exportações	38
Saldo Credor	3		

b) Balança de serviços (pagamento e recebimento de fretes, seguros, juros e royalties)

Débito		Crédito	
Fretes pagos	2	Fretes recebidos	1
Seguros pagos	1	Seguros recebidos	
Juros pagos	3	Juros recebidos	
Saldo Devedor			5





c) Transferências unilaterais (transações sem contrapartida)

Débito		Crédito	
Donativos enviados		Donativos recebidos	1
Saldo Credor	1		

d) Balança de transações correntes (transações realizadas com bens e serviços)

Resultado Líquido de A + B + C

Débito		Crédito	
Saldo Devedor			1

A balança comercial apresentou um saldo credor de US\$ 3 milhões de dólares, que somado com o saldo devedor da balança de serviços de US\$ 5 milhões de dólares e com o saldo credor das transações unilaterais de US\$ 1 milhão de dólares chegou a um saldo devedor de US\$ 1 milhão de dólares (balança de transações correntes).

Continuando o balanço de pagamentos, vamos imaginar que empresas estrangeiras decidiram investir US\$ 1 milhão de dólares no país e que as empresas brasileiras tomaram US\$ 1 milhão de dólares em empréstimos no exterior. A balança de capitais fica da seguinte forma:

e) Balança de Capitais (transações que envolvem saída e entrada de divisas, mas não significam recebimento e envio de mercadorias ou serviços)

Débito		Crédito	
Empréstimos efetuados		Empréstimos recebidos	1
Investimentos nacionais no exterior		Investimentos estrangeiros no país	1
Amortização dos empréstimos			
Saldo Credor	2		





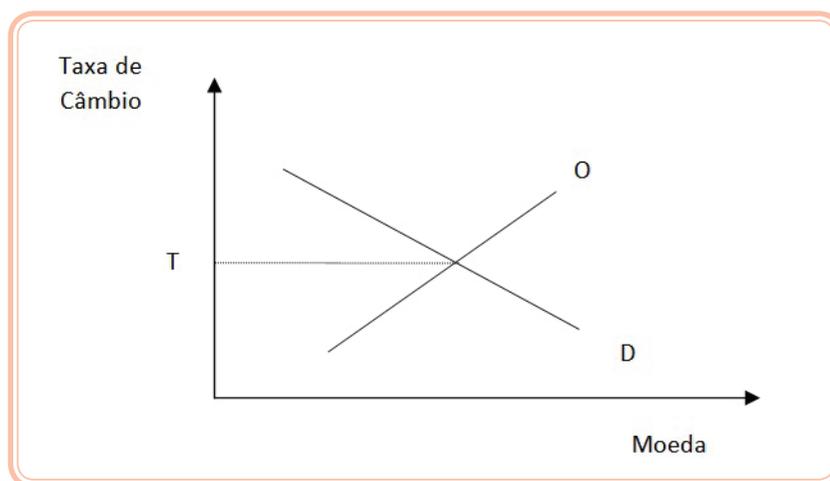
O saldo devedor da balança de transações correntes é compensado pelo saldo credor da balança de capital. Isso faz com que o balanço de pagamentos feche com saldo credor de US\$ 1 milhão de dólares nesse período.

7.4 Taxa de câmbio

Taxa de câmbio é o preço das moedas estrangeiras em relação à moeda nacional, ou seja, é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Por exemplo, se o dólar custa 1,92 de real, isso significa trocar US\$ 1,00 por R\$ 1,92.

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2004), a determinação da taxa de câmbio ocorre geralmente de dois modos:

- Taxas fixas de câmbio: quando as autoridades econômicas (governo) definem ou fixam as taxas de câmbio.
- Taxas flutuantes: quando a taxa de câmbio depende do funcionamento do mercado, flutuando automaticamente em decorrência das pressões de oferta e demanda por divisas estrangeiras (moeda estrangeira). Nesse caso, a determinação da taxa de câmbio ocorre pela oferta e pela procura de divisas. O gráfico abaixo mostra o ponto de equilíbrio, onde a oferta (O) é igual à demanda (D) originando uma taxa de câmbio (T).





Uma taxa elevada de câmbio significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada.

Os exportadores e as divisas oriundas da contratação de empréstimos externos e investimentos feitos em nosso país pelas multinacionais constituem a oferta de moeda no mercado de divisas.

Os importadores e o pagamento de empréstimos externos constituem a demanda por moeda estrangeira no mercado de divisas.

Resumo

A Economia Internacional analisa as relações econômicas do país com o resto do mundo. Não é possível pensar o mundo que vivemos hoje sem o comércio internacional. O balanço de pagamentos é uma forma de controlar as entradas e saídas de divisas de um país, ou seja, o fluxo financeiro entre os países.

As taxas de câmbio influenciam o comércio internacional. Muitas vezes alguns produtos de alguns países perdem competitividade internacional por se tornarem mais caros devido ao câmbio desfavorável.

Atividades de aprendizagem



1. A Teoria das Vantagens Comparativas é utilizada para explicar o comércio internacional. Essa teoria consiste em:

- a) () Cada país deve tentar produzir todos os produtos que seus habitantes necessitam.
- b) () Cada país deve especializar-se na produção das mercadorias em que é mais eficiente.
- c) () Registrar as transações realizadas entre os países.
- d) () O governo, através das autoridades monetárias, define a taxa de câmbio mais adequada.





2. Dadas as seguintes informações sobre o Balanço de Pagamentos, em milhões de reais:

Importações	90
Exportações	120
Fretes Pagos	30
Empréstimos Externos Recebidos	50
Donativos Recebidos	20
Juros Pagos	10
Empréstimos efetuados	30

Calcule:

- a) Saldo da Balança Comercial
- b) Saldo da Balança de Transações Correntes
- c) Saldo do Balanço de Pagamentos

3. Marque, nos parêntesis, V (se considerar a alternativa correta) e F (se considerar a alternativa incorreta):

- a) () As taxas de câmbio são medidas usadas para converter as moedas de um país na moeda de outro país.
- b) () Taxas de câmbio flutuantes dependem das autoridades monetárias, ou seja, essas autoridades monetárias definem as taxas de câmbio.
- c) () Quando é utilizado o sistema de taxas de câmbio flutuantes a oferta e a demanda de moeda determinam qual será a taxa de câmbio.
- d) () Taxa de câmbio elevada significa somente que a moeda nacional está desvalorizada. Não tem nenhuma relação com a política econômica.



Prezado (a) estudante

Nas próximas aulas estudaremos a Microeconomia. A Microeconomia estuda o comportamento do consumidor (Teoria da Demanda), das empresas (Teoria da Produção) e como se relacionam a demanda e a oferta (Mercado). Não deixe de fazer as atividades e se tiver alguma dúvida volte ao conteúdo estudado.





Aula 8 - Teoria da Demanda

Objetivos:

1. Definir demanda;
2. Listar os elementos que influenciam a demanda;
3. Explicar a curva de demanda;
4. Relacionar preço e quantidade demandada;
5. Conceituar e aplicar o conceito de elasticidade;
6. Diferenciar bens complementares de bens substitutos.



Nessa aula vamos discutir o comportamento do consumidor, ou seja, como a demanda (quantidade demandada do bem) se comporta em relação à variação no preço desse bem na curva de demanda.



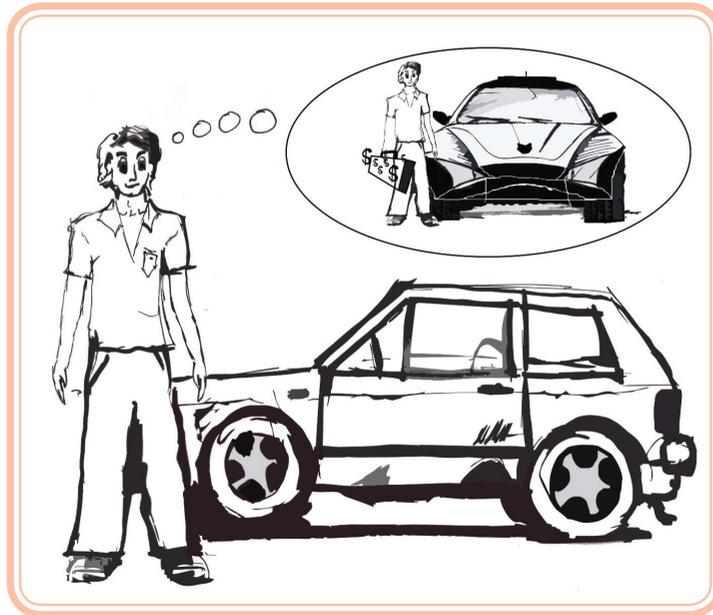
8.1 O que é demanda?

A demanda ou procura é a quantidade de um determinado bem ou serviço que o consumidor está disposto a consumir em determinado período de tempo (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004).

A quantidade demandada está sempre relacionada com um período de tempo. Por exemplo, a quantidade de arroz que uma família irá consumir em uma semana é diferente da que ela irá consumir em um mês.

De acordo com Silva e Luiz (2001), a demanda pelos bens e serviços é influenciada por diversos fatores:

- Renda ou orçamento do consumidor: a renda é utilizada para adquirir os bens e serviços. A renda limita a quantidade de bens e serviços que o consumidor pode adquirir. É lógico pensar que quanto maior a renda, maiores poderão ser as quantidades consumidas dos bens e serviços. Além disso, com uma renda maior podem ser consumidos produtos mais “caros”, que também têm seu consumo limitado pela renda.



- Preço do bem: naturalmente, quanto maior for o preço do bem menos ele será demandado e quanto menor for o seu preço mais ele será demandado. Isto se deve ao fato de os indivíduos estarem, geralmente, mais dispostos a comprar quando os preços estão mais baixos. Por exemplo, ao reduzir o preço do óleo, os consumidores estarão dispostos a aumentar a quantidade adquirida do produto.



- Preço de outros bens: os preços dos outros bens que uma pessoa consome influenciam a demanda pelo bem. Ao gastar mais com os outros bens, sobra menos dinheiro para gastar com o bem. Por exemplo, o aumento do preço do arroz e do óleo influenciam a demanda por batata.



- Gosto ou preferência do consumidor: o consumidor escolhe determinadas quantidades de bens, que formará sua cesta de consumo. Essa escolha é influenciada por uma escala de preferência, em função de seu gosto e dos preços dos bens. Essa cesta é formada no sentido de maximizar a sua satisfação com um mínimo de gasto, ou seja, adquirir o máximo de produtos gastando o mínimo possível. Entretanto, os gastos são limitados pela renda do consumidor. Deve ficar claro para nós que a utilidade do bem é diferente de pessoa para pessoa. Uma pessoa pode preferir suco a refrigerante e outra refrigerante a suco, por exemplo.





8.2 Como a demanda se comporta?

A teoria da demanda é baseada em análise do comportamento do consumidor, analisando qual quantidade de cada bem ele irá adquirir, tendo em vista as limitações impostas pela sua renda. Por esse motivo, é conhecida também como teoria do consumidor.

É razoável pensarmos que o consumidor escolhe as quantidades dos bens que lhe fornecem maior satisfação, pois seu orçamento é limitado e ele não pode comprar todas as unidades de bens que deseja. Não é assim que nós agimos?

Como já falamos anteriormente, a demanda do bem (D_x) é influenciada por diversos fatores [renda (R), preço do bem (p_x), preço dos outros bens (p_1, p_2, \dots, p_n) e gosto ou preferência (G)]. Podemos expressar essa relação através da função abaixo:

$$D_x = f(p_x, p_1, p_2, \dots, p_n, R, G)$$

Onde: D_x : quantidade demandada do bem X;
 p_x : preço do bem X;
 p_1, p_2, \dots, p_n : preço dos outros bens consumidos pela pessoa;
 R : renda do consumidor;
 G : gosto ou preferência do consumidor pelo bem.

Essa função mostra que a quantidade demandada do bem X (D_x) depende de seu preço (p_x), dos preços dos outros bens que essa pessoa consome (p_1, p_2, \dots, p_n), de sua renda (R) e de sua preferência ou pela utilidade que esse bem proporciona (G).



É difícil estabelecer a quantidade demandada de um bem em função de tantas variáveis. Devido a esse motivo, os economistas supõem apenas a variação do preço do bem que está sendo estudado, permanecendo constantes os preços dos outros bens, a renda e as preferências do consumidor. Essa condição ficou conhecida como condição ***ceteris paribus***, onde é analisada a relação entre apenas duas variáveis, permanecendo “todo o mais constante” ou “mantidas inalteradas todas as outras coisas”.

Essa condição estabelece uma relação entre a demanda do bem e seu preço, admitindo que os outros fatores não se alterassem, isto é, permanecessem constantes. Essa relação é expressa através de:

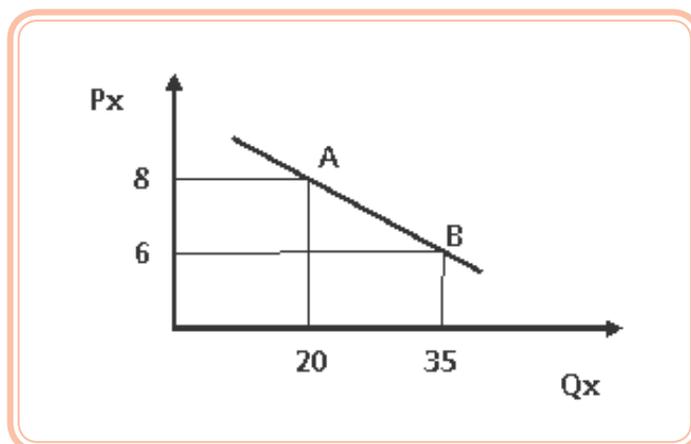
$$D_x = f(p_x)$$

Onde: D_x : quantidade demandada do bem X;
 p_x : preço do bem X.

Essa relação ou função mede o efeito das variações do preço do bem (p_x) em sua demanda (D_x). Essa função dá origem à curva de demanda.

A curva de demanda é a representação gráfica das diferentes quantidades de um bem que os consumidores estão dispostos a comprar aos diferentes preços por unidade de tempo.

O gráfico abaixo mostra a relação entre as quantidades demandadas e os preços do quilograma de carne. O gráfico mostra que com um preço de R\$ 8,00 a quantidade demandada é de 20 quilogramas (Ponto A) e com um preço de R\$ 6,00 a quantidade demandada é de 35 quilogramas (Ponto B).



A-Z

Condição *Ceteris paribus*

É uma expressão em Latim que significa tudo o mais constante. Essa condição é usada na economia para analisar a influência de um fator sobre outro, sem que os demais fatores sofram alterações.



Como podemos observar a partir do gráfico, existe uma relação inversa entre a quantidade demandada de um bem (D_x) e o seu preço (p_x). Essa relação ficou conhecida como lei da demanda ou lei da procura.

A lei da demanda indica que quanto maior for o preço de um bem (p_x), menor será a quantidade demandada desse bem (D_x). Essa é uma situação típica que reflete o comportamento do consumidor no mercado. Não é assim que nos comportamos? Quando o preço de um produto sobe não compramos menos?

Até aqui entendemos que o preço do bem (p_x) é inversamente proporcional à quantidade demanda (D_x). Mas, como podemos usar a lei da demanda? Como ocorre a variação no preço do bem (p_x) e na sua quantidade demandada (D_x)? Qual a dimensão do aumento do preço do bem (p_x) e da quantidade demandada (D_x)?

Para discutirmos essas questões, é necessário explicarmos o conceito de elasticidade.

8.3 O que é elasticidade?

A elasticidade mede a reação dos consumidores a uma variação de preço de um bem em termos percentuais, ajudando a entender as influências do preço no consumo de um bem ou serviço.

A elasticidade-preço da demanda mede os efeitos de mudança dos preços sobre as quantidades demandadas, ou seja, mede a reação dos consumidores às variações de preços (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Formalmente, a elasticidade é o quociente da variação percentual da quantidade demandada de um bem pela variação percentual no preço do mesmo bem.

A elasticidade-preço da demanda é calculada através da seguinte fórmula:

$$e_p = \frac{\frac{\Delta Q}{Q}}{\frac{\Delta P}{P}}$$

Onde: e_p : elasticidade-preço da demanda;
 ΔQ : variação na quantidade demandada;
 Q : quantidade demandada;
 ΔP : variação no preço do bem;
 P : preço do bem.





Segundo Souza (2007), com base no valor da elasticidade-preço da demanda, sem considerarmos o sinal (positivo ou negativo), a demanda dos bens pode ser classificada em:

- Demanda com elasticidade unitária: ocorre quando a elasticidade-preço da demanda é igual a 1 ($ep = 1$).
- Demanda elástica: ocorre quando a elasticidade-preço da demanda é maior do que 1 ($ep > 1$).
- Demanda inelástica: ocorre quando a elasticidade-preço da demanda é menor do que 1 ($ep < 1$).

O valor da elasticidade é um critério interessante para se diferenciar os bens.

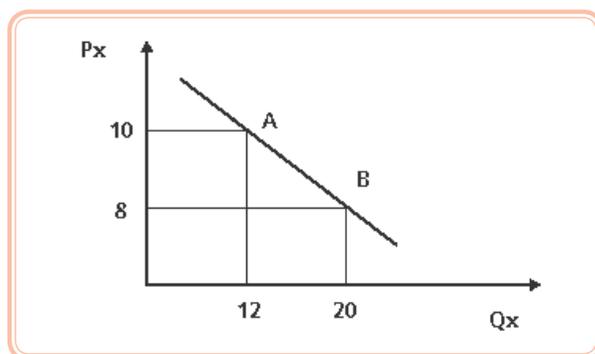
Os bens essenciais apresentam demanda inelástica ($ep < 1$), ou seja, as pessoas não reduzirão o consumo com o aumento do preço. Exemplo desse tipo de bem são alimentos e antibióticos.

Os bens supérfluos ou que existem substitutos apresentam demanda elástica, ou seja, ocorre redução no consumo com aumento do preço ou existência de bens substitutos. Exemplo são viagens de turismo, eletrodoméstico e carnes “de primeira” como filé e picanha.

Silva e Luiz (2001) afirmam que entender a elasticidade-preço da demanda de um bem é fundamental para o empresário que o produz, pois esse conhecimento lhe dará os reflexos das variações de preço sobre a demanda pelo seu produto.

8.3.1 Exemplo

Considere a curva de demanda a seguir, que representa a demanda por filé mignon.





Imagine que uma família compre, ao preço de R\$ 8,00, 20 quilogramas de filé mignon por mês (Ponto A). Se o preço aumentar para R\$ 10,00 o quilo, a quantidade adquirida cairá para 12 quilogramas por mês (Ponto B).

Responda:

a) Qual é a elasticidade-preço da demanda por filé mignon?

$$e_P = \frac{\frac{\Delta Q}{Q}}{\frac{\Delta P}{P}} = \frac{\frac{12-20}{20}}{\frac{10-8}{8}} = -1,6$$

b) De que tipo é a demanda?

A demanda é elástica, pois a elasticidade-preço da demanda é maior do que 1 ($e_P > 1$).

8.4 O que são bens complementares e bens substitutos?

Alguns bens são consumidos juntamente com outros bens para gerar a satisfação máxima para as pessoas. Esses bens são chamados de complementares. Exemplos são o pão com a manteiga e o arroz com o feijão.

Essa sensação de satisfação ao consumir dois produtos juntos depende dos hábitos das pessoas. Por exemplo, João come biscoito tipo água e sal apenas com margarina e Maria come o mesmo tipo de biscoito sem margarina. Para João, esse tipo de biscoito e margarina são complementares e para Maria não são.

Outros bens podem ser substituídos no consumo, gerando satisfação igual ou semelhante para o consumidor. Esses bens são chamados de substitutos. Nesse caso, o consumidor pode deixar de consumir um bem para consumir o outro. Exemplos disso são manteiga e margarina, café e chá.

Da mesma forma que os bens complementares, a substituição dos bens depende dos hábitos das pessoas.

8.4.1 Como a elasticidade pode ajudar a identificar os bens complementares e substitutos?

Para identificar os bens complementares e substitutos precisamos entender um novo conceito: a elasticidade cruzada da procura ou elasticidade cruzada da demanda ou, simplesmente, elasticidade cruzada.

A elasticidade cruzada mede os reflexos da variação do preço de um bem sobre a quantidade demandada de outro bem.

De acordo com Silva e Luiz (2001), a única diferença entre a elasticidade-preço da demanda (e_p) e a elasticidade cruzada (e_c) é que a elasticidade cruzada se refere a dois bens, enquanto a elasticidade-preço da demanda se refere a um mesmo bem.

A elasticidade cruzada é obtida a partir da equação abaixo:

$$e_c = \frac{\frac{\Delta Q_A}{Q_A}}{\frac{\Delta P_B}{P_B}}$$

Onde: e_c : elasticidade cruzada;
 ΔQ_A : variação na quantidade demandada do bem A;
 Q_A : quantidade demandada do bem A;
 ΔP_B : variação no preço do bem B;
 P_B : preço do bem B.

A elasticidade cruzada, assim como a elasticidade-preço da demanda, pode ser utilizada para diferenciar bens. Nesse caso, será utilizado apenas o sinal da elasticidade cruzada para identificar bens substitutos e complementares.

- Bens substitutos: o sinal da elasticidade cruzada é positivo ($e_c > 0$). O aumento do preço do bem B levará ao aumento do consumo do bem A. E a diminuição do preço do bem B levará à diminuição do consumo do bem A. Por exemplo, o aumento do preço do chá pode levar ao aumento do consumo de café.
- Bens complementares: o sinal da elasticidade cruzada é negativo ($e_c < 0$). O aumento do preço do bem A provocará redução na demanda do bem B e vice-versa. Por exemplo, o aumento do preço do pão pode levar à redução no consumo de margarina.



- Bens independentes: A elasticidade cruzada é igual a zero ($ec = 0$). Não existe relação entre os bens. A variação de preço de um dos bens não causa modificações na demanda pelo outro.

Resumo

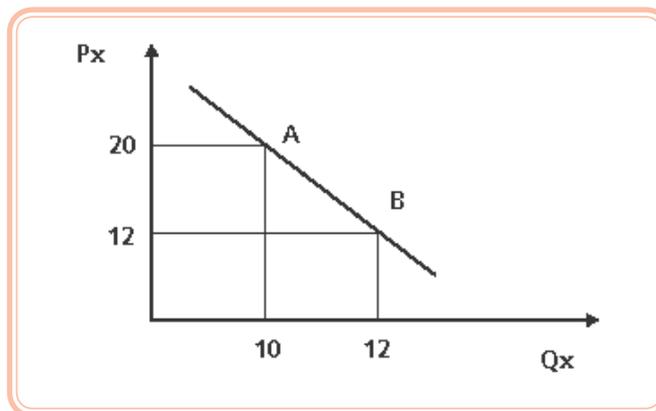
A teoria da demanda analisa o comportamento do consumidor, verificando qual quantidade de cada bem ele irá adquirir, tendo em vista as limitações impostas pela sua renda. Por esse motivo, é conhecida também como teoria do consumidor.

A elasticidade analisa a relação entre a variação de preço e o seu reflexo na quantidade demandada. A elasticidade-preço da demanda analisa essa relação para o mesmo bem e a elasticidade cruzada para bens diferentes.



Atividades de aprendizagem

1. Quais são os principais elementos na determinação da demanda de um bem?
2. Considerando a curva de demanda a seguir, responda às questões:
 - a) Que quantidade é demandada no Ponto A da curva de demanda? E a que preço?
 - b) Que quantidade é demandada no Ponto B da curva de demanda? E a que preço?



- c) Ao passar do ponto A para o ponto B, qual é a elasticidade-preço de demanda pelo bem X?
- d) De que tipo é a demanda pelo bem X?





3. Reescreva as frases, completando as lacunas:

a) Os _____ são consumidos juntos, para gerar maior satisfação. Já os _____ são consumidos separadamente.

b) A _____ analisa o reflexo do aumento do preço na demanda pelo mesmo bem. A _____ analisa o reflexo no aumento do preço de um bem na demanda de outro bem.

Caro (a) estudante (a)

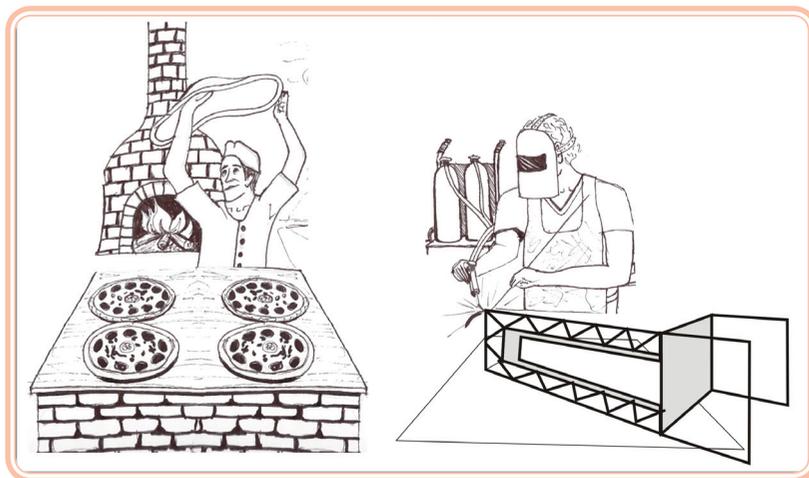
Na próxima aula vamos estudar a teoria da produção, ou seja, como as empresas se comportam em relação à variação no preço dos bens que elas produzem. Bons estudos e siga em frente!



Aula 9 - Teoria da Produção

Objetivos:

1. Definir oferta;
2. Relacionar lucro, receita e custo de produção;
3. Explicar a curva de oferta;
4. Relacionar preço e quantidade ofertada;
5. Conceituar e aplicar o conceito de elasticidade.



Nessa aula estudaremos o comportamento das empresas. A curva de oferta apresenta a relação entre a quantidade dos bens produzidos pelas empresas e seus preços. Prepare-se para receber novas informações que devem fazer parte do seu processo de aprendizagem.

**A-Z****Empresa**

Nesse caso, pode ser definida como uma unidade técnica que combina os fatores de produção para produzir bens e serviços. Também pode ser chamada de firma.

9.1 Do que trata a oferta?

A oferta descreve o comportamento dos produtores ou vendedores, mostrando o quanto estariam dispostos a vender, a um determinado preço. Em outras palavras, mostra o comportamento das **empresas** no mercado.

Ao comparar o comportamento dos produtores (oferta) com o comportamento dos consumidores (demanda) notamos que eles são diferentes em relação aos preços altos. Os preços altos desestimulam os consumidores e estimulam os vendedores a produzir e vender mais. Portanto, quanto maior o preço maior a quantidade ofertada.

A decisão das empresas sobre o que produzir e sobre as quantidades depende dos preços e das vendas esperadas, ou seja, a quantidade de um bem que uma empresa irá produzir depende do preço desse bem.

Segundo Silva e Luiz (2001), para produzir, essas empresas usam um conjunto de fatores de produção para criar os bens e serviços que serão vendidos no mercado. Fatores de produção são os elementos transformados durante o processo de produção. São classificados em três categorias:

- Trabalho: formado por todos os serviços das pessoas empregadas na produção. Incluem os operários, os gerentes, os auxiliares, etc.
- Capital: formado por todas as máquinas, equipamentos e instalações empregados na produção.
- Recursos naturais: formado pela terra, água e matérias-primas.

9.2 Como as empresas utilizam os fatores produtivos para obter o produto?

As empresas utilizam uma função que associa as diferentes quantidades de fatores de produção empregados no processo produtivo às quantidades produzidas de bens ou de serviços. Essa função é denominada função produção ou função oferta e é representada pela seguinte expressão:

$$Q = f(k, L)$$

**Onde: Q: quantidade produzida do bem;
K: quantidade empregada de fator capital;
L: quantidade empregada de fator trabalho.**



Essa função mostra que a quantidade produzida do bem depende das quantidades empregadas dos fatores capital (K) e trabalho (L). Por exemplo, para produzir uma mesa são necessários R\$ 80,00 de fator capital (inclui utilização de equipamentos, máquinas e instalações) e R\$ 50,00 de fator trabalho (inclui salários dos operários).

A função produção não se preocupa com o fator de produção recursos naturais, pois este representa os menores custos para as empresas (LUIZ; SILVA, 2001).



Para produzir os produtos determinados pela função produção, as empresas apresentam custos. Esses custos são chamados de **custos de produção**.

Ao vender os produtos produzidos, as empresas recebem dos clientes uma quantia como pagamento pelos bens e serviços. Essa quantia chama-se **receita**.

O lucro é a remuneração do empresário. É o que estimula o empresário a produzir. O lucro é a diferença entre a receita do empresário e o seu custo de produção, ou seja, é a diferença entre as entradas (vendas) e as saídas.

A curva de oferta, como veremos a seguir, relaciona a quantidade ofertada de um bem com o seu preço. Entretanto, é fundamental conhecer também os custos para se calcular o lucro.

9.3 O que é a curva de oferta?

A curva de oferta é a relação entre as quantidades de um bem ou de um serviço (Qx) que os empresários estão dispostos a ofertar e seus diversos preços (px). A relação entre o preço do bem e a quantidade ofertada é direta, ou seja, quanto maior o preço de um bem, maior é a quantidade ofertada e quanto menor o preço de um bem, menor é a quantidade ofertada.

A-Z

Custos de produção

Custo de produção:
É a despesa do empresário com a aquisição dos fatores de produção necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

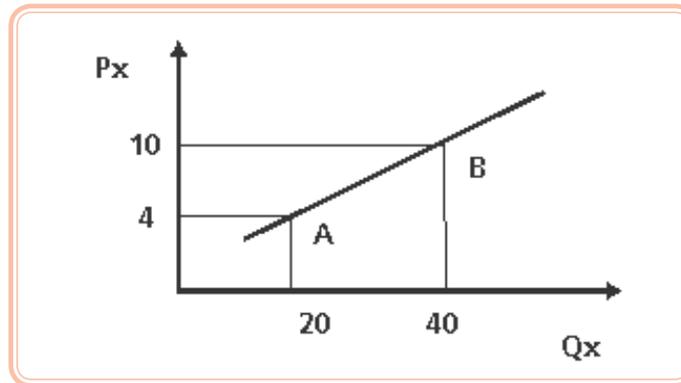
Receita

É a quantidade produzida multiplicada pelo preço de mercado do bem.



Do ponto de vista do empresário, quanto maior for o preço de uma mercadoria, maior será o interesse desse empresário em produzir, pois aumentando sua receita aumentará também o seu lucro.

A curva de oferta pode ser representada pelo gráfico abaixo.



No gráfico, temos no eixo horizontal a quantidade do bem X (Qx) e no eixo vertical o preço do bem X (Px). Esse gráfico mostra que, ao aumentar o preço de R\$ 4,00 (Ponto A) para R\$ 10,00 (Ponto B), a quantidade ofertada (produção) cresce de 20 unidades (Ponto A) para 40 unidades (Ponto B).

9.4 Como a elasticidade pode ser usada na curva de oferta?

A elasticidade também pode ser utilizada na curva de oferta para medir a reação dos empresários às variações de preço dos bens que eles produzem. Esse tipo de elasticidade é chamado de elasticidade-preço da oferta.

A elasticidade-preço da oferta é o quociente da variação percentual na quantidade ofertada de um bem pela variação percentual no preço desse bem (SOUZA, 2007).

A elasticidade-preço da oferta é calculada da seguinte forma:

$$e_p = \frac{\frac{\Delta Q}{Q}}{\frac{\Delta P}{P}}$$

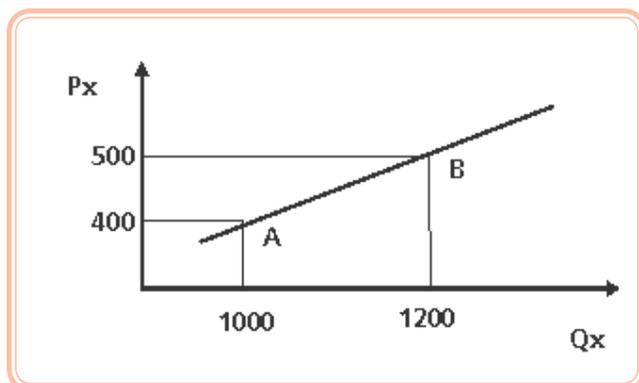
Onde: e_p : elasticidade-preço da oferta;
 ΔQ : variação na quantidade ofertada;
 Q : quantidade ofertada;
 ΔP : variação no preço do bem;
 P : preço do bem.

De acordo com Luiz e Silva (2001), a curva de oferta pode ser classificada em três categorias ao desconsiderarmos o sinal (positivo ou negativo):

- Oferta com elasticidade unitária: ocorre quando os preços variam na mesma proporção das quantidades ofertadas. A elasticidade-preço da oferta é igual a 1 ($e_p = 1$).
- Oferta inelástica: ocorre quando as quantidades ofertadas variam percentualmente menos do que os preços. A elasticidade-preço da oferta é menor do que 1 ($e_p < 1$).
- Oferta elástica: ocorre quando as quantidades ofertadas variam percentualmente mais do que os preços. A elasticidade-preço da oferta é maior do que 1 ($e_p > 1$).

9.4.1 Exemplo

Um empresário que produz fogões apresenta a seguinte curva de oferta:



Essa curva de oferta mostra que atualmente o empresário encontra-se no ponto A, com uma produção 1.000 fogões, cada um com um preço de R\$ 400,00. Supondo que o preço dos fogões passe para R\$ 500,00, o empresário passará a produzir 1.200 fogões, passando do ponto A para o ponto B no gráfico acima.

Para calcular a elasticidade-preço da oferta temos:

$$e_p = \frac{\frac{\Delta Q}{Q}}{\frac{\Delta P}{P}} = \frac{\frac{1200-1000}{1000}}{\frac{500-400}{400}} = 0,8$$



A oferta de fogões é inelástica ($ep < 1$). A quantidade ofertada variou percentualmente menos que o preço dos fogões.

Resumo

A teoria da produção analisa a oferta de produtos pelos empresários. Pensando do ponto de vista dos empresários, quanto maior for o preço que ele conseguir vender os seus produtos, maior será seu lucro e maior interesse ele terá em produzir o bem. A curva de oferta mostra essa relação.

O conceito de elasticidade também pode ser utilizado na curva de oferta. A elasticidade-preço da oferta mede a reação dos empresários às variações de preço dos bens que eles produzem.



Atividades de aprendizagem

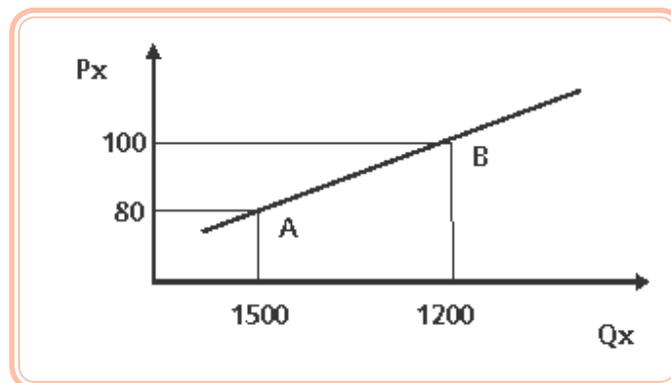
1. Complete as lacunas:

a) A curva de _____ mostra a relação entre as _____ de um bem que os empresários estão dispostos a ofertar e seus diversos _____.

b) Ao decidir o que produzir e em que quantidade, o empresário é estimulado pelo lucro. O lucro é a diferença entre a _____ do empresário e os seus _____.

2. Considerando a curva de oferta abaixo, responda as seguintes questões:

a) Qual é a quantidade ofertada do produto X e a que preço, no ponto A?



b) Qual é a quantidade ofertada do produto X e a que preço, no ponto B?



- c) Ao passar do ponto A para o ponto B, qual é a elasticidade-preço de oferta do produto X?
- d) De que tipo é a oferta do produto X?

Caro (a) estudante

Esta aula abordou a teoria de produção e você agora já pode definir oferta, bem como relacionar lucro, receita e custo de produção. Na próxima aula poderemos visualizar a relação entre a demanda e a oferta no mercado.

Poderemos identificar no mercado o ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda e, com isso, o preço de equilíbrio. Não desanime e continue atento. Você já está chegando ao fim desta disciplina.





Aula 10 - Mercado

Objetivos:

1. Conceituar mercado;
2. Obter o preço de equilíbrio;
3. Diferenciar os tipos de mercado.



Nessa aula vamos estudar o comportamento da demanda e da oferta no mercado e os tipos de mercado de acordo com a importância da empresa nesses mercados e a homogeneidade do produto ofertado.

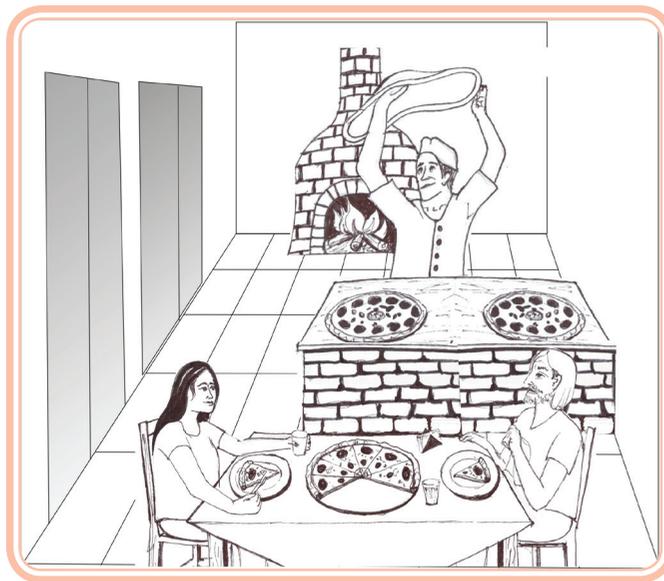
10.1 O que é mercado?

O mercado é formado pelos consumidores que querem comprar e pelos empresários que desejam vender determinados produtos. O comportamento do consumidor é representado pela curva de demanda (como vimos na Aula 8) e o comportamento do empresário pela curva da oferta (Aula 9).



Mercado é onde convergem a procura e a oferta de um bem e onde se determina o preço e a quantidade pelo qual esse bem será vendido (SILVA e LUIZ, 2001).

A curva de oferta é analisada conjuntamente com a curva de demanda, para que se possa visualizar o funcionamento do mercado. Então, podemos dizer que no mercado ocorre o encontro da oferta com a demanda.

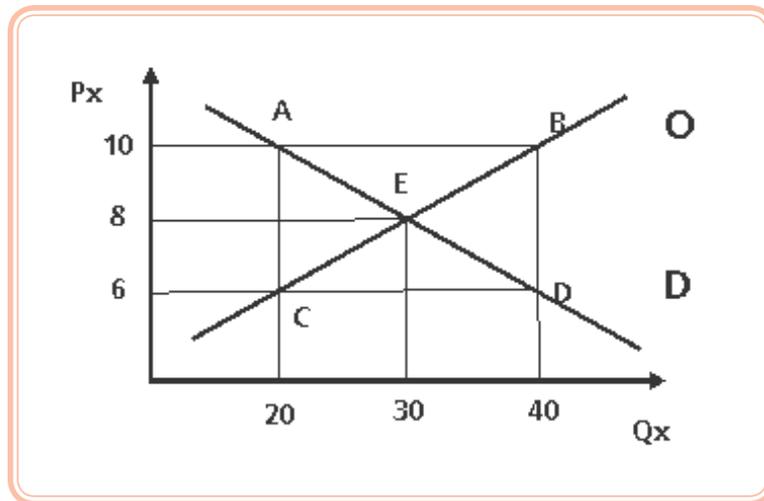


O encontro entre a oferta e a demanda determina o preço e quantidade do produto. Isso ocorre porque não é possível determinar a quantidade e o preço analisando isoladamente as curvas de oferta ou demanda.

O encontro entre a oferta e a demanda significa o ponto onde a oferta será igual à demanda. Esse ponto é chamado de ponto de equilíbrio. Esse ponto de equilíbrio mostra o preço e as quantidades que atendem às aspirações dos empresários e dos consumidores simultaneamente. De acordo com Mankiw (2009), esse preço é chamado de preço de equilíbrio e a quantidade de quantidade de equilíbrio.

O gráfico abaixo mostra o funcionamento desse mercado. O produto X, que no caso são pizzas, tem sua oferta representada pela reta O e sua demanda representada pela reta D. No eixo horizontal temos a quantidade do produto X (Q_x) e no eixo vertical o preço do produto X (P_x).





Analisando o gráfico:

- Ao preço de R\$ 10,00, os consumidores estão dispostos a adquirir 20 unidades do produto X (Ponto A) e os produtores dispostos a vender 40 unidades (Ponto B). Nesse caso, a oferta é maior que a demanda então esse não é o ponto de equilíbrio.
- Ao preço de R\$ 6,00, os consumidores estão dispostos a adquirir 40 unidades do produto X (Ponto D) e os produtores dispostos a vender 20 unidades (Ponto C). Nesse caso, a demanda é maior que a oferta então esse também não é o ponto de equilíbrio.
- Ao preço de R\$ 8,00, os consumidores estão dispostos a adquirir 30 unidades e os produtores a vender 30 unidades (Ponto E). A demanda é igual à oferta então esse é o ponto de equilíbrio. O mercado está em equilíbrio no Ponto E. O preço de equilíbrio é R\$ 8,00 e a quantidade é de 30 unidades.

10.2 Como podemos classificar esses mercados?

O mercado de um bem é formado pela oferta de todos os produtores e por todos os consumidores que estão dispostos a adquiri-lo.

As características do mercado para cada produto variam de país para país e até de região para região e essas informações são fundamentais para a atuação das empresas.





O tamanho do mercado depende tanto do número de consumidores quanto da renda desses consumidores. É lógico pensar que o mercado norte-americano é bem maior que o mercado uruguaio, por exemplo.

Segundo Silva e Luiz (2001), os mercados podem ser classificados em Concorrência pura ou perfeita, Monopólio puro, Oligopólio e Concorrência monopolística. Vamos entender melhor cada uma dessas classificações.

10.2.1 Concorrência pura ou perfeita

Na concorrência pura ou perfeita existe um grande número de empresas oferecendo um mesmo produto. Como existe um grande número de empresas, cada uma delas representa uma pequena parcela do mercado, ou seja, contribui com pouco para a oferta total.

Segundo Souza (2007), o produto produzido nesse tipo de mercado é homogêneo, isto é, o bem produzido por uma empresa é igual ao bem produzido por outra. O consumidor não percebe a diferença entre os produtos oferecidos pelas diferentes empresas e não consegue determinar em qual empresa ele foi produzido.

Exemplos que mais se aproximam desse tipo de mercado são os produtos agrícolas. O tomate, a laranja, a batata, etc. O consumidor não associa os produtos ao produtor. Você sabe quem produziu a laranja que você comprou na feira?

10.2.2 Monopólio puro

No monopólio puro apenas uma empresa oferece um bem, para o qual não existem produtos substitutos satisfatórios (SOUZA, 2007). Essa empresa controla todo o mercado, pois é a única que produz o bem. Nesse caso, se essa empresa deixar de produzir o produto, o mercado deixará de existir.

De acordo com Silva e Luiz (2001), os produtos não são homogêneos, são diferenciados. E, além de diferenciado, o produto não pode ser substituído por outro.

Exemplos desse tipo de mercado são encontrados principalmente no setor público, como o abastecimento de água e energia elétrica.





10.2.3 Oligopólio

Segundo Souza (2007), no Oligopólio existe um grande número de compradores e um pequeno número de vendedores (empresas). Geralmente, poucas empresas dominam a maior parte do mercado, de forma que as ações de uma empresa afetam as outras.

Essas empresas produzem bens diferenciados, mas que podem ser substituídos entre si. O consumidor sabe exatamente qual empresa produziu determinado produto.

Exemplos desse tipo de mercado incluem bens de consumo como automóveis, eletrodomésticos, sabão em pó, pasta de dente, etc.

10.2.4 Concorrência monopolística

Na concorrência monopolística existe um número razoavelmente grande de empresas produzindo um mesmo bem, de modo que cada produtor individualmente não é importante (SILVA; LUIZ, 2001).

Os produtos produzidos pelas empresas nesse tipo de mercado são os mesmos, mas os consumidores os consideram diferenciados.

Esse tipo de mercado apresenta características da concorrência perfeita (número de empresas produzindo o mesmo bem) e do oligopólio (cada produtor é diferente dos demais).

Exemplos desse mercado são fábricas de roupas de moda, produtos têxteis, prestação de serviços como encanador em grandes cidades, etc.

Conseguiu perceber as principais características de cada classificação? Então vamos revisar nossa aula. Quando aparecer uma dúvida, releia seu conteúdo, troque ideias com seus colegas, entre em contato com seu tutor presencial ou on-line.

Resumo

O mercado é formado pela oferta (empresas) e pela demanda (consumidores) e tem o preço como elemento fundamental em seu processo.

Existem diferentes tipos de mercado, diferenciados pelo tipo de produto (homogêneo ou diferenciado) e pelo número de empresas no mercado. De acor-

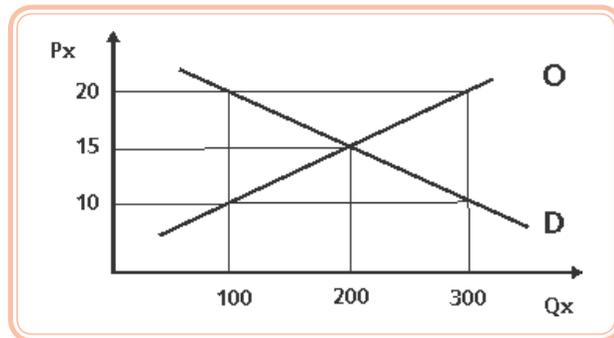


do com Silva e Luiz (2001), esses tipos de mercado são a concorrência pura ou perfeita, o monopólio puro, o oligopólio e a concorrência monopolística.



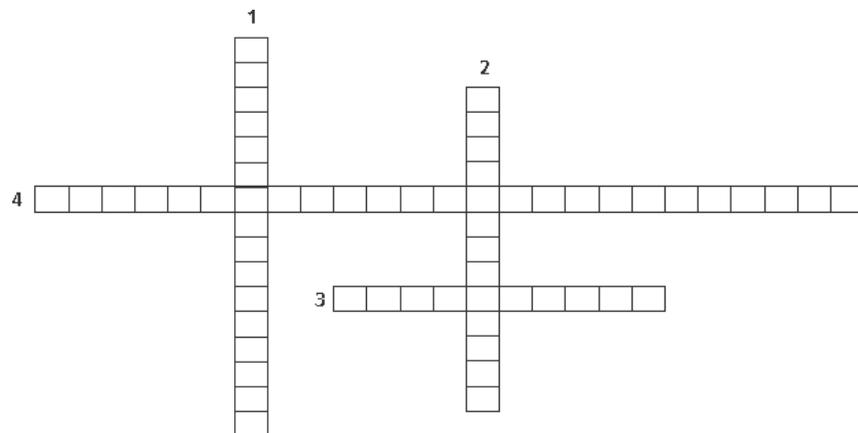
Atividades de aprendizagem

1. Considerando o gráfico abaixo, qual é o preço de equilíbrio e a sua respectiva quantidade? Justifique sua resposta.



2. Complete a cruzadinha com os tipos de mercado:

1. Existe um grande número de empresas oferecendo um produto. Esse produto é homogêneo.
2. Apenas uma empresa oferece o produto. Não existem produtos substitutos.
3. Grande número de compradores e um pequeno número de vendedores. Empresas produzem bens diferenciados e identificados pela marca.
4. Grande número de empresas oferece o produto e cada produtor é diferente dos demais.





Caro (a) estudante

Chegamos ao final dessa disciplina. Essa aula mostrou como a oferta e a demanda se relacionam no mercado. Revise os conteúdos estudados e refaça as atividades para melhorar o aprendizado e esclarecer as dúvidas.







Palavras finais

Caro (a) estudante,

Você, como centro do processo ensino-aprendizagem, é merecedor (a) dessa tão importante conquista!

Finalizamos mais um componente curricular e foi uma excelente caminhada.

Vivemos momentos intensos, mas em compensação tivemos momentos inesquecíveis!

Você conseguiu assimilar os pontos mais importantes das aulas? Faça revisão dos objetivos e perceba o quanto aprendeu. Diagnostique os pontos que você precisa rever.

Leve os conhecimentos adquiridos no curso para sua vida. Continue seus estudos tendo em mente que sempre é tempo de aprender.

Busque novas oportunidades. Novas conquistas virão.

Considere-se dotado(a) de uma capacidade incrível!

Espero ter contribuído para sua formação.



GUIA DE SOLUÇÕES

Aula 1

1. b) Queijo

2. Os recursos são limitados quando dispomos de quantidades insuficientes para produzir os bens e serviços necessários. Já as necessidades são ilimitadas porque sempre desejamos ter mais do que temos.

Como temos recursos limitados e necessidades ilimitadas, é necessário escolher o que produzir, quanto produzir, para quem produzir e como produzir para satisfazer as necessidades das pessoas.

3. (C)

(D)

(B)

(A)

4. Ponto A → É uma combinação possível. Os pontos em cima da curva indicam que todos os recursos produtivos estão sendo utilizados.

Ponto B → É uma combinação possível, mas há recursos produtivos que não estão sendo utilizados.

Ponto C → Não representa uma combinação possível de produção, pois está acima da curva de possibilidade de produção.

Aula 2

1. a) (F)

b) (V)

c) (V)



2. Bens de consumo → Automóvel, geladeira e transporte coletivo.

Bens de capital → Máquina de costura em uma confecção de roupas e estradas.

Bens intermediários → Petróleo e trigo.

3.



Aula 3

1. a) (V)

b) (F)

c) (V)

d) (V)

2. Produto – Renda – Renda – Produto - Poupança

3. a) PNB = R\$ 590 bilhões

b) PNL = R\$ 570 bilhões

c) RN = R\$ 520 bilhões

d) RP = R\$ 470 bilhões

e) RD = R\$ 450 bilhões



Aula 4

1. Renda – Consumo - Poupança

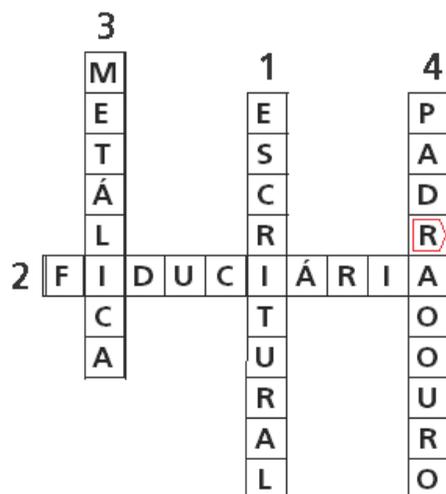
Gastos do governo – Impostos – Exportações – Importações

2. c) Troca de máquinas e equipamentos, sem aumentar a capacidade produtiva.

3. O Brasil apresentou um superávit de R\$ 10 bilhões na balança comercial. Isso significa que exportou para outros países R\$ 10 bilhões a mais do que importou de outros países.

Aula 5

1.



2. Demanda de moeda para transações → o pagamento de despesas não acontece ao mesmo tempo do recebimento.

Demanda de moeda por precaução → para atender situações imprevistas ou inesperadas.

Demanda de moeda para especulação → acúmulo de moeda em função de expectativa de ganhos extraordinários.



3. a – c – d

4. Alternativa 1

Aula 6

1. Distribuição de renda – Trabalhadores

Importações - Exportações

2. R\$ 100,80 ou 8,4%

Aula 7

1. b)

2. a) Saldo Credor = R\$ 30 milhões de reais.

b) Saldo Credor = R\$ 10 milhões de reais

c) Saldo Credor = R\$ 30 milhões de reais

3. a) (V)

b) (F)

c) (V)

d) (F)

Aula 8

1. Renda do consumidor, preço do bem, preço dos outros bens e o gosto ou preferência do consumidor.



2. a) Ponto A → Demanda = 10 unidades

Preço = R\$ 20,00

b) Ponto B → Demanda = 12 unidades

Preço = R\$ 12,00

c) Elasticidade-preço da demanda (ep) = - 0,5

d) A demanda é inelástica ($ep < 1$). As pessoas não reduzirão o consumo com o aumento do preço.

3. Bens complementares – Bens substitutos

Elasticidade-preço da demanda – Elasticidade cruzada

Aula 9

1. Oferta – quantidades – preços

Receita – Custos de produção

2. a) Ponto A → Oferta = 1500 unidades

Preço = R\$ 80,00

b) Ponto B → Oferta = 2000 unidades

Preço = R\$ 100,00

c) Elasticidade-preço da oferta (ep) = 1,33

d) A oferta é elástica ($ep > 1$). A quantidade ofertada varia percentualmente mais do que o preço.

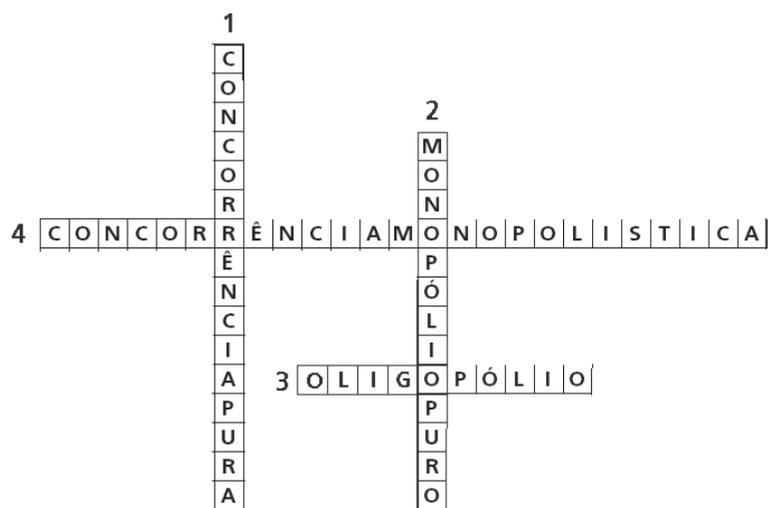
Aula 10

1. Preço de Equilíbrio = R\$ 15,00

Quantidade = 200 unidades

O ponto de equilíbrio é o ponto onde a oferta é igual à demanda. Nesse caso, o ponto de equilíbrio é ponto onde a quantidade é de 200 unidades e o preço é de R\$ 15,00.

2.





Referências

COUTINHO, Maurício C. Lições de Economia Política Clássica, São Paulo: Hucitec, 1993. 220 p.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia, São Paulo: Cengage Learning, 2009. 838 p.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de; PIRES, Marcos Cordeiro; SANTOS, Sérgio Antonio dos. Economia para Administradores. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 424 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 de jul. 2009.

SILVA, César Roberto Leite da; LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 220 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia Básica. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 280 p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: Micro e Macro, São Paulo: Atlas, 2002. 439 p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia, São Paulo: Saraiva, 2004. 246 p.





Currículo da professora-autora

Graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, cursa doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Professora do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) do Instituto Federal Minas Gerais (IFMG).

Desenvolve projetos e pesquisa temas relacionado com as áreas de Pesquisa Operacional, Planejamento e Controle da Produção e Engenharia Econômica.

